

CARMELITA CRISTINA DE OLIVEIRA BUENO

**A RECENTE VISIBILIDADE DA ESCOLA PRIVADA SEM FINS
LUCRATIVOS NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA
EDUCACIONAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Campo Grande /MS
2003

CARMELITA CRISTINA DE OLIVEIRA BUENO

**A RECENTE VISIBILIDADE DA ESCOLA PRIVADA SEM FINS
LUCRATIVOS NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA
EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob orientação da Professora Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar.

Campo Grande / MS
2003

COMISSÃO JULGADORA

Prof^ª Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar

Prof^ª Dra. Eneida Shiroma

Prof^ª Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira

Para os meus amores Gilmar, Fernando e Renan por serem o que há de mais importante em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de me conceder o aprendizado e o desenvolvimento de meus conhecimentos intelectual e espiritual.

À minha orientadora Professora Dra Mônica C. de Magalhães Kassar pela liberdade que me deu na escolha dos caminhos a serem percorridos e pelas inúmeras correções feitas na condução deste trabalho, e principalmente por ter-me ensinado a postura ética e amiga de uma orientadora.

À minha mãe Dona Ercilia, por ter compartilhado comigo os momentos de ansiedade e preocupação.

Ao meu marido Gilmar por compreender a importância deste trabalho para mim.

Ao meu filho Fernando por me ajudar várias vezes a resolver situações difíceis na digitação do trabalho.

Ao meu filho Renan pela paciência de esperar que eu lhe pudesse dar atenção.

À Fátima pela colaboração com meus afazeres de casa.

Às minhas amigas e colegas da SIRPHA pelo apoio e incentivo durante todo o curso de mestrado.

À Sra.Delfina e sua equipe do Departamento de Estatísticas da Secretaria Estadual de Educação pela atenção e informações para obter os dados da pesquisa.

À colega Prof^a Edmara pela sua contribuição, sem a qual eu não chegaria a contento até o final desse trabalho.

À colega Prof^a Nádia pelas observações precisas que fez na finalização desse trabalho.

Aos meus alunos da UNAES, que pelos seus questionamentos me impulsionaram em busca de aperfeiçoamento.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a recente visibilidade das Escolas Privadas sem fins lucrativos no contexto da política pública educacional. Para tanto realizou-se uma pesquisa utilizando como fonte de dados o Censo Escolar, procedeu-se a verificação analisando os formulários dos questionários do Censo Escolar do ano de 1996 até 2002, detectando as alterações ocorridas no formulário. A pesquisa demonstrou que o entendimento da participação das Escolas Privadas sem fins lucrativos na Educação começou com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Nessa mesma época a Reforma do Estado no Brasil, propõe a reconstrução do Estado com a revitalização da sociedade civil e passa a evidenciar a participação das Organizações da Sociedade Civil em diversas áreas, inclusive na Educação. A discussão do tema discorreu sobre as articulações entre a Educação e as organizações da sociedade na história brasileira e nas atribuições do Estado e da Sociedade Civil, para depois se desvelar em como as Escolas Privadas sem fins lucrativos e suas Mantenedoras foram tornando-se perceptíveis na Educação através do Censo Escolar, por fim expôs-se a realidade local da Escola Privada sem fins lucrativos na Educação no Estado de Mato Grosso do Sul. Constatou-se na análise quantitativa dos dados, a predominância das Organizações não Governamentais-ONGs como Mantenedoras das Escolas Privadas sem fins lucrativos no nível de Educação Infantil e das APAEs e das Pestalozzi na modalidade Educação Especial. O Censo Escolar ao ser utilizado para dar evidência às escolas mantidas pelas Organizações da Sociedade Civil tornou-se instrumento do governo para expressar seu intento de repartir com elas a responsabilidade da educação, desde que se assegure a condução das diretrizes da política pública educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Privada sem fins lucrativos; Organizações da Sociedade Civil; Educação

ABSTRACT

The present study has for goal demonstrate the non profitable Private Schools recent visibility in the educational public politics context. For so much it accomplished a research using as a resource the School Census of given, it proceeded the verification analyzing year School Census questionnaires forms of 1996 up to 2002, detecting the alterations occurred in the form. The research demonstrated that the understanding in the participation of the non profitable Private Schools in the Education started to occur with the Education Guidelines and Bases Law promulgation of 1996. In this same time occurs State's Reform in Brazil, that proposes State's reconstruction with revitalization of the civil society, proceeding evidencing the Organizations Civil Society participation in several areas, inclusive in the Education. The theme discussion run or flow over about the articulations between Education and the society organizations in the brazilian history and in State 's attributions and of the Civil Society, for then unveil as non profitable Private schools and her keepers were going becoming perceptible in the Education through the School Census, it finally exposes the non profitable School Closet local reality in Education in the State of Mato Grosso do Sul. It verified in the data quantitative analysis, the Organizations predominance not Governrmental as Keepers of the non profitable Private Schools in the Infantile Education level and of APAEs/Pestalozzis in the Special modality Education. The School Census when being used to give evidence to the schools are kept by the Civil Society Organizations became government's instrument to express his intent of dividing with them the education responsibility, since assures the guidelines educational public politics conduction.

WORDS-KEY: Non profitable school Closet; Civil Society organizations; Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 : Delimitação da área de atuação do Estado.....	56
Gráfico 1 : Quantificação das Escolas Privadas.....	77
Gráfico 2 : Quantificação das Escolas Privadas sem fins lucrativos.....	78
Tabela 1: Quantitativo das Mantenedoras em relação aos níveis e modalidade de educação e ensino oferecidos pelas Escolas Privadas sem fins lucrativos no Estado de Mato Grosso do Sul.....	90

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 : Quantitativo das Escolas da categoria Filantrópica com suas Mantenedoras

Esquema 2 : Quantitativo das Escolas da categoria Comunitária e seus Mantenedores

Esquema 3 : Quantitativo das Escolas da categoria Confessional sem fins lucrativos e Mantenedoras

Esquema 4 : Quantitativo dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino da categoria Filantrópica e suas Mantenedoras

Esquema 5 : Quantitativo dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino da categoria Comunitária e seus Mantenedores

Esquema 6 : Quantitativo dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino da categoria Confessional sem fins lucrativos e o Mantenedoras

Esquema 7 : Quantitativo das Mantenedoras da Escola Filantrópica com a Predominância na oferta de Níveis e/ou Modalidades de educação e ensino

Esquema 8 : Quantitativo dos Mantenedores da Escola Comunitária com a Predominância na oferta de Níveis e/ou Modalidades de educação e ensino

Esquema 9 : Quantitativo das Mantenedoras da Escola Confessional sem fins lucrativo com a Predominância na oferta de Níveis e/ou Modalidades de educação e ensino

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE	- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CA	- Classe de Alfabetização
CMAS	- Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB	- Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CPC	- Centro Popular de Cultura
EF	- Entidade Filantrópica
ESFL	- Entidade sem Fins Lucrativos
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Ltda	- Sociedade Limitada
MCP	- Movimento de Cultura Popular
MEB	- Movimento de Educação de Base
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	- Organização não Governamental
OPNE	- Organização Pública não Estatal
OS	- Organização Social
OSC	- Organização da Sociedade Civil
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAI	- Programa de Ação Imediata
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
Pestalozzi	- Sociedade Pestalozzi
PP	- Partido Popular
PRN	- Partido da Renovação Nacional
PT	- Partido dos Trabalhadores
SA	- Sociedade Anônima
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	- Serviço Social da Indústria
SIEd	- Sistema Integrado de Informações Educacionais
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
UMA ABORDAGEM DA ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE COM A EDUCAÇÃO	19
1.1. Os Movimentos Sociais, a Educação Popular e as Organizações não Governamentais - ONGs.....	20
1.2. As modificações ocorridas com as Organizações não Governamentais – ONGs.....	26
1.3. As Organizações não-Governamentais-ONGs e seu aparato legal na área da Educação.....	28
1.4. As atuais Organizações da Sociedade Civil-OSC.....	32
1.5. A reformulação legal e as Organizações da Sociedade Civil-OSC na Educação.....	37
CAPÍTULO II	
OS ATRIBUTOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL SOB A LÓGICA DA REFORMA DO ESTADO.....	40
2.1. Sociedade Civil.....	40
2.2. Estado.....	45
2.3. As novas proposições econômicas e políticas	49
2.4. A terceira opção.....	51
2.5. A Reforma do Estado Brasileiro.....	53
CAPÍTULO III	
O REGISTRO NO CENSO ESCOLAR DAS CATEGORIAS DA ESCOLA PRIVADA.....	60
3.1. O INEP e a organização do Censo Escolar.....	62
3.2. O Censo Escolar como instrumento de coleta de dados.....	63
3.3. O Censo Escolar como instrumento das políticas públicas educacionais.....	65
3.4. Alterações do Censo Escolar dos anos de 1996 até 2002.....	67
3.5. As categorias da Escola Privada e suas Mantenedoras.....	69
CAPÍTULO IV	
A ESCOLA PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	75
4.1. O universo da Educação Escolar no Estado.....	76
4.1.1. A Escola Privada e suas categorias	77
4.1.2. As categorias das Escolas Privadas sem fins lucrativos.....	78
4.2. O universo das Escolas Privadas com fins lucrativos.....	79
4.3. O universo das Escolas Privadas sem fins lucrativos.....	81

4.4. Os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino.....	84
4.4.1. Os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino da Escola Privada com fins lucrativos.....	86
4.4.2. Os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino da Escola Privada sem fins lucrativos.....	87
4.5. As Mantenedoras das Escolas Privadas sem fins lucrativos e sua oferta de ensino e educação.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	98

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a recente visibilidade das Escolas Privadas sem fins lucrativos no contexto da política educacional. Para possibilitar a verificação dessa visibilidade, optar-se-á por analisar as alterações ocorridas no formulário do Censo Escolar no período entre 1996 e 2002. O trabalho de pesquisa propôs-se a enunciar em quais níveis de ensino e modalidades de educação atuam as Escolas Privadas sem fins lucrativos no Estado de Mato Grosso do Sul e como passaram a ser identificadas as Organizações da Sociedade Civil como Mantenedoras das Escolas Privadas sem fins lucrativos no sistema de ensino.

O interesse despertado pelo tema ocorreu quando se entrou em contato com os resultados da pesquisa “Projeto Comparativo Internacional sobre o Setor sem fins de Lucro”, divulgado no V Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor, em Cartagema das Índias, na Colômbia, entre os dias 31 de maio e 3 de junho do ano de 2000.

As coordenadoras do Projeto no Brasil, Landim e Beres (1999), apresentaram como justificativa da pesquisa, naquele momento, a falta de conhecimento empírico desse universo de organizações. Para a condução da pesquisa, elas empregaram a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos- ICPO (*International Classification of*

Nonprofit Organizations), proposta pelos pesquisadores Salomon e Anheir (*apud* Fernandes,1994) em 1992¹, que distinguem as organizações segundo suas áreas de atividade.

A pesquisa revelou alguns dados surpreendentes sobre a atuação das Organizações da Sociedade Civil na área da Educação e Pesquisa. Identificou que o segmento Educação, que inclui a Pesquisa, conta com a maior quantidade (28,3%) de voluntários e com o maior número (34,04%) de pessoal remunerado. A pesquisa apontou que 58% desse pessoal está instalado nas Escolas Privadas sem fins lucrativos que oferecem as etapas da educação básica Creche e Pré-Escola, a Classe de Alfabetização e a modalidade Educação Especial.

Não obstante, a significativa expressão da Educação no conjunto das Organizações da Sociedade Civil, os dados dessa pesquisa suscitaram alguns questionamentos como: Qual a dimensão da Escola Privada sem fins lucrativos na Educação? Em que níveis e modalidades de Ensino atuam? Juntam-se a esses questionamentos outras tantas indagações que poderiam contribuir para entender a participação da Escola Privada sem fins lucrativos no ensino e na educação.

Os dados da referida pesquisa, apontando um elevado número de pessoas trabalhando nas Escolas Privadas sem fins lucrativos que oferecem a Educação Infantil e a Educação Especial, levam a formular a hipótese de que a predominância de oferta de ensino deverá se concentrar também nesse nível de ensino e modalidade de educação ministrados nas Escolas Privadas sem fins lucrativos.

Optou-se por realizar a presente pesquisa utilizando como fonte de dados o questionário do Censo Escolar, cujo objetivo é o de retratar a educação em seus diferentes níveis

¹ Esta Classificação, aceita internacionalmente, foi apresentada no I Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor. As Organizações são classificadas segundo os grupos: 1-Cultura e Recreação;2-Educação e Pesquisa;3-Saúde;4-Serviços Sociais;5-Meio Ambiente;6-Desenvolvimento e Habitação;7-Direitos Civis, Defesa do Direito e Política;8-Intermediários Filantrópicos e Promoção do Voluntariado;9-Internacional-10-Associações de profissionais e Sindicatos-11-Religião-12-Outros.

e modalidades. Procedeu-se a verificação, analisando os formulários dos questionários do Censo Escolar dos anos de 1996 até 2002, detectando as alterações ocorridas no formulário, especificamente nos campos que se refere a Categoria da Escola Privada e da Mantenedora da Escola Privada.

Para uma melhor compreensão dos dados censitários colheu-se o depoimento da Gestora de Estatística da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, responsável pelo levantamento e repasse através do sistema computadorizado ao órgão federal dos dados educacionais do Estado, bem como informações foram obtidas por correspondência do órgão federal quanto à sistemática de compilação desses dados. Utilizou-se exemplares censitários do “Relatório Mantenedoras da Escola Privada” e “Relatório Cadastro Escolar” do ano de 2002, que identificam as Escolas Privadas e quantificam os níveis de ensino e modalidades de educação, para se efetuar a tabulação dos dados censitários das Escolas Privadas sem fins lucrativos do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao se apurar a expressão das Escolas Privadas sem fins lucrativos e a relação de suas Mantenedoras na educação escolar no Estado, observa-se que essa situação pôde ser revelada somente após o Censo Escolar do ano de 1997, que coincidiu com a implantação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a instauração do processo da Reforma do Estado².

A Reforma do Estado menciona o fortalecimento da sociedade civil, entretanto Montaño (2002) adverte ser essa predisposição uma cilada para as mobilizações da sociedade civil, pois exalta a parceria com o Estado, em vez do conflito a negociação, despolitizando as lutas sociais.

² Este aspecto será abordado nos próximos capítulos.

As discussões acerca das atribuições do Estado e da Sociedade Civil desenvolvem-se no contexto das mudanças das relações sociais, nas quais as Organizações da Sociedade Civil tomam novas posições.

Duas questões relevantes foram percebidas no universo das Organizações da Sociedade Civil no qual habita o objeto do presente estudo, a Escola Privada sem fins lucrativos, a complexa diversificação e heterogeneidade dessas organizações.

A consecução do presente estudo evidencia o envolvimento dessas Organizações com a Educação, cuja trajetória não fora expressa pelos números na Educação até 1996, mas reconhece a ulterior contribuição das Escolas Privadas sem fins lucrativos na formação dos atuais números da Educação.

Para alcançar o objetivo deste estudo inicia-se a abordagem expondo como as organizações compõem um setor na sociedade com a finalidade de assumirem deveres até então tidos como do Estado, apresentam-se os instrumentos legais no caso da educação, contrapondo-se com argumentações às concepções de Estado e Sociedade Civil atribuídas pela proposta de Reforma do Estado. Busca-se a expressão desse entendimento no Censo Escolar pesquisando as alterações na identificação das Escolas Privadas sem fins lucrativos e suas Mantenedoras, cujos procedimentos de levantamento de dados revelam essas escolas no sistema de ensino, respaldando as políticas públicas da educação. Para verificação desse aspecto pesquisaram-se os dados censitários do Estado de Mato Grosso do Sul que quantificam e dão visibilidade às Escolas Privadas sem fins lucrativos.

No primeiro capítulo, *Uma abordagem das articulações dos Movimentos Sociais e das Organizações da Sociedade com a Educação*, discorre-se como os Movimentos Sociais antes do golpe de Estado de 1964 dispuseram da Educação para atingir seus intentos e como após ele ocorreu a transformação dos Movimentos Sociais em prol da educação em

Organizações da Sociedade. Também aborda-se como essas organizações, na década de 1990, adequaram-se a uma nova formatação dada pela Reforma do Estado, que convoca a cooperação das organizações da sociedade diante do compromisso da “Educação para todos”. Para tal fim, expôs-se como o governo fez esse convite utilizando como amparo legal a atual Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as Leis do Terceiro Setor. Essa postura do governo remeteu à discussão sobre a transferência da “Educação como dever do Estado” para a Sociedade, o que levou a se ponderar quanto à concepção das funções atribuídas ao Estado e a Sociedade.

O segundo capítulo *Os atributos do Estado e da Sociedade Civil sob a lógica da Reforma do Estado* apresenta o referencial teórico desenvolvido por Gramsci e seus intérpretes em relação aos conceitos de Estado e de Sociedade Civil. Recorre-se a esses autores no embate com pensadores neoliberais, que localizam as organizações da sociedade civil num “terceiro setor” da sociedade. Para o entendimento ideológico apresenta-se as recentes proposições econômico-políticas em expansão entre as nações, a partir das quais as postulações da Reforma do Estado no Brasil propõem a reconstrução do Estado com a revitalização da sociedade civil, lançando mão de instrumentos como a *publicização*, que evidencia a participação das organizações da sociedade civil em diversas áreas, inclusive na Educação.

No terceiro capítulo, *O registro no Censo Escolar das Categorias da Escola Privada*, relata-se como as Escolas Privadas sem fins lucrativos adquirem visibilidade no sistema de ensino através do Censo Escolar no período de 1996 até 2002. Recorre-se ao Censo Escolar por ser um instrumento de coleta e análise de dados educacionais, que permite evidenciar as mudanças no sistema de ensino. Para uma verificação de como estas novas conceituações são capazes de expressar a realidade do sistema escolar, tornou-se necessário conhecer a realidade

local, para isso os dados censitários do ano de 2002 do Estado de Mato Grosso do Sul foram pesquisados.

No quarto capítulo, *A Escola Privada sem fins lucrativos na Educação Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul*, apresentam-se os dados encontrados no Censo Escolar do ano de 2002 do Estado de Mato Grosso do Sul, com os quais se pôde quantificar as Escolas Particulares com fins lucrativos e as Escolas Privadas sem fins lucrativos, apontando para cada categoria da Escola Privada sem fins lucrativos suas Mantenedoras e a quantidade de Escolas que elas assumem. Também correlacionaram-se as categorias das Escolas Privadas sem fins lucrativos e suas Mantenedoras, com os níveis e as modalidades de ensino e educação por elas oferecidos.

Considera-se que o resultado encontrado pela pesquisa realizada atinge o objetivo do presente estudo, em detectar a recente visibilidade das Escolas Privadas sem fins lucrativos, bem como expõe com os dados censitários a realidade dessas escolas no Estado de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO I

UMA ABORDAGEM DA ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE COM A EDUCAÇÃO

O presente capítulo propõe-se a relatar as articulações entre a sociedade e a educação, ocorridas por intermédio dos movimentos sociais e das organizações da sociedade.

Para tanto, começa destacando o surgimento dos Movimentos Sociais, ocorridos antes do golpe de Estado de 1964, em favor da alfabetização para adultos que tinham por objetivo dar a eles condições para participarem da política. Após o golpe, os Movimentos Sociais continuaram a se expressar não somente na área da educação, mas também pelas causas reivindicadas pelos operários e estudantes.

Os Movimentos Sociais em favor da Educação surgiram em resposta aos direcionamentos políticos perfilhados até a década de 1950, demonstrando a incapacidade do

governo de alfabetizar e educar a população. Devido à intensa mobilização popular, surge a necessidade de aglutinação dos Movimentos Sociais em Organizações juridicamente representadas. Essas Organizações caracterizam-se por não serem governamentais nem visarem lucros, conhecidas como Organizações não-governamentais - ONGs, com predomínio inicialmente daquelas, cujos militantes mantinham objetivos políticos e ideológicos, que com o decorrer do tempo passaram a reivindicar direitos e justiça em diversas áreas sociais.

Na década de 1990, a partir das Conferências Mundiais de Jomtien (1990) na Tailândia e Nova Delhi (1993) na Índia, reitera-se o compromisso de que a Educação é para todos, enfatizando a cooperação da sociedade e da família para facilitar o acesso de todos à Educação. No Brasil é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na qual ratifica-se o engajamento da sociedade por meio de suas Organizações.

Nessa mesma década, ocorre a Reforma Administrativa no Brasil (1995), na qual estas organizações foram formatadas legalmente em diversos tipos, passando a receber a denominação de Organizações da Sociedade Civil- OSC, para as quais o governo apresenta-se como parceiro, preservando a continuidade do sistema econômico e político.

1.1 Os Movimentos Sociais, a Educação Popular e as Organizações não Governamentais - ONGs

Nas primeiras décadas do século XX, com o advento da industrialização, os centros urbanos no Brasil constituíram-se economicamente em base comercial. Ribeiro (1995,p.82) aponta que, devido a essa forma de desenvolvimento urbano-comercial da sociedade brasileira, o analfabetismo revelou-se como um sério problema social. Afirma a autora que “o

analfabetismo passa a se constituir um problema, porque as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social”.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek em 1955, prevalece a discussão em torno da metodologia de ensino para a população mais pobre. Essa discussão, entende Saviani (1995, p.78), foi uma tentativa de constituir uma espécie de “Escola Nova Popular”³, empenhada em colocar a concepção pedagógica a serviço dos interesses populares.

Na primeira metade da década de 1960, formam-se os chamados “movimentos de educação popular”, cujo objetivo era fazer com que a Educação possibilitasse à população adulta tomar parte ativa na vida política do país. Para tanto, foram criados novos métodos de alfabetização, destacando-se o Método Paulo Freire⁴ que “alfabetizava em 40 horas”.

Conforme Brandão;

Dava para alfabetizar (nível elementar, entenda-se bem) em 40 horas uma turma de adultos dos fundos do Nordeste. Às vezes dava para fazer todo o trabalho em até 36 horas. Mas em 1.964, as escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base em Goiás, adaptaram o método para um programa de pelo menos 6 meses de duração (BRANDÃO, 1993.p.69).

Como principais Movimentos Sociais daquela época, temos os Centros Populares de Cultura, os Movimentos da Cultura Popular e o Movimento de Educação de Base. Os Centros Populares da Cultura – CPC tinham sua base de atuação nos teatros de rua, cujos temas tratavam de acontecimentos imediatos em linguagem popular. Os Movimentos de Cultura

³ O autor coloca como exemplos desta tentativa a “Pedagogia Freinet” na França e o “Movimento Paulo Freire de Educação” no Brasil. Ver Escola e Democracia. (Saviani, 1995)

⁴ O Método Paulo Freire baseia-se no diálogo, deles são registradas as palavras geradoras que mostram a realidade interior, possibilitando então a escolha do tema gerador, que são temas concretos da vida do educando. Ver em O que é o método Paulo Freire? (Brandão, 1993).

Popular - MCP realizavam atividades de alfabetização e de educação de base. O Movimento de Educação de Base - MEB, ligado à Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB da Igreja Católica e ao governo da Federal, realizava as mesmas atividades dos Movimentos de Cultura Popular.

Anteriores a esses Movimentos Sociais, existiam as Associações, compostas da união de pessoas voluntárias, voltadas para as áreas da assistência social, educação e saúde, sob a influência da Igreja Católica. As Associações abolicionistas que surgiram no final do século XIX, tiveram uma vida curta, mas foram as primeiras Associações idealizadas pela elite intelectual, identificadas pelos objetivos em defesa dos direitos humanos.

Os Movimentos Sociais proporcionaram articulações da sociedade civil, que no final da década de 1950 contaram com diferentes atores. Segundo Brum:

[...] no movimento operário, os principais sindicatos do país eram controlados principalmente por trabalhistas comunistas [...] na tentativa de uma articulação mais ampla em nível nacional criaram o Comando Geral de Trabalhadores – CGT, em 1962.

[...] os estudantes e intelectuais no início dos anos sessenta, avançavam nas propostas de transformação da sociedade intervindo cada vez mais no jogo político [...] Na vanguarda do movimento estava a União Nacional dos Estudantes – UNE, que estimulou a atuação dos Centros Populares de Cultura – CPC (BRUM, 1997, p.279,281).

Também naqueles primeiros anos da década de 1960, participaram dos movimentos sociais, suboficiais militares e jovens católicos, dividindo politicamente a Igreja Católica.

O golpe de Estado de 31 de março de 1964 afastou do poder políticos nacionalistas e da esquerda. O regime militar avançou sobre a sociedade civil reprimindo as organizações e movimentos sociais, demonstrando conforme, Brum (1997, p.262), que enquanto

elevava o grau de centralização no controle social, estreitavam-se os interesses econômicos com os representantes do capitalismo.

Os Núcleos de Educação Popular foram paralisados e substituídos dentro do reordenamento legal pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. As políticas públicas sociais, durante o regime militar, tomaram um sentido de unificação. Afirma Alves (2002, p.231) que o Estado passou a regular os sistemas públicos dos serviços sociais nas áreas da saúde, da educação, da assistência social, inclusive na previdência e habitação, em decorrência da industrialização e urbanização.

No início dos anos de 1970, um pequeno grupo ligado a projetos de educação popular decidiu em 1972, promover um Encontro Nacional para avaliar e discutir o caráter dos projetos locais de intervenção social. Neste encontro, fundou-se uma organização de assessoria, avaliação e pesquisa que a pesquisa de Landim (1998) apresenta o depoimento de narradores daquele Encontro. Entende a autora da pesquisa que teria sido esta a primeira futura Organização não-governamental - ONG. Diz a autora;

Esse mito fundador é interessante pelo que aponta em termos de elementos constitutivos das ONGs, ou que vão compor esse conjunto de organizações, enquanto um campo de alguma forma estruturado (LANDIM, 1998, p.34).

Para Brum (1997, p.377), a sociedade civil passou a ocupar espaço no campo político e na defesa dos direitos humanos, através de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Igreja, a imprensa, os trabalhadores e, sobretudo, os metalúrgicos. Essa intensa mobilização social encontrou nas paróquias da Igreja Católica um canal de grande capilaridade para os contatos com grupos populares, principalmente as paróquias das alas de

esquerda da Igreja afeta à Teoria da Libertação, que utilizavam processos educativos através da leitura de textos bíblicos adaptados à realidade do momento. Para Oliveira e Haddad:

A reflexão sobre a realidade não ficava restrita apenas a um processo de conhecimento. Ao contrário, o contato direto com a realidade para identificar os problemas existentes determinava, após a análise das causas desses problemas, uma intervenção sobre a mesma realidade, visando a sua transformação, a fim de superar os problemas e construir condições de vida mais justa. Nesse sentido, a prática educativa era ao mesmo tempo um ato de organização e mobilização da sociedade (OLIVEIRA ; HADDAD, 2001, p.76).

Fazem notar os autores que esse método educativo era absolutamente desligado dos processos educativos oficiais, ou seja, do sistema público de ensino. Em 15 de março de 1979, o General Figueiredo assumiu a Presidência da República. Afirma Brum (1997, p.386) que no mesmo ano o Brasil defronta-se com o segundo choque do petróleo e um crescente endividamento externo, devido à elevação das taxas de juros no mercado internacional. Essas mudanças no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 levaram o Brasil ao colapso financeiro. Com a recessão, o governo também reduziu as verbas públicas para a área social, a educação e a saúde.⁵ Neste contexto social, têm-se a formação dos “Centros de Educação” ou “Assessorias”⁶ constituídos juridicamente como organizações sem fins lucrativos, autônomas e especializadas na politização da ação assistencial ou comunitária, da assistência social privada ou das práticas do chamado assistencialismo. Projetos comunitários surgem com finalidade de geração de renda, promoção à saúde, cooperativismo na cidade e no campo. Estes projetos eram elaborados por exilados do regime militar que retornaram do exterior, especialistas em política que assumiram a profissão de assessores. Landim (1998, p.44) conta que os exilados

⁵ De 1982 a 1984, as verbas para o sistema universitário sofreram uma redução de 30% e a renda *per capita* uma queda de 11% de 1981 a 1983. Ver O desenvolvimento econômico brasileiro (Brum, 1997).

⁶ No início da década de 1970, os assessores dos centros eram pessoas ligadas às organizações de financiamento internacional. No final da década, esse trabalho passou a ser realizado pelos exilados que retornavam do exterior. Ver Ações em sociedade (Landim, 1998)

contribuíram para renovar os temas e estilo dos “centros”. Com eles, foram reforçados temas como feminismo, ambientalismo, questão étnica, tecnologias alternativas e divulgação de informações para a opinião pública. A sociedade civil começou a agir mais intensamente através dos movimentos sociais, associações civis e das novas entidades aglutinadoras dos movimentos sociais, o que Gohn (1997,p.28) considera como “o nascimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos noventa: as ONGs”.

Essas “novas” entidades tinham o objetivo de atuar incisivamente reivindicando direitos sociais junto ao Estado e receberam dos anistiados do regime militar recém-chegados o conhecimento, as novas idéias e propostas de trabalho, durante a década de 1980. Ressalta Landim (1998, p.46) que o nível técnico destas ONGs era bastante desenvolvido, pois contavam com a assessoria de pessoal capacitado para a elaboração de seus projetos. Iniciou-se assim uma multiplicação de entidades sociais marcadas pela autonomia em relação ao Estado. Observa Gohn (1997, p.32) que os programas sociais em parceria com o governo foram implantados como “serviços sociais”, ou seja, não como direito, mas como prestação de serviço. Pode-se considerar que com a velocidade das mudanças⁷ ocorridas antes do regime militar para depois do regime militar, as ONGs perceberam que não somente os movimentos sociais mudaram, as organizações também se alteraram, para o que Sader (2001.p.1) afirmou que “as ONGs nos anos 90 vem redefinindo sua natureza e seus vínculos sociais”.

Para o início da década de 1990, o autor ainda concluiu que se posicionaram dois cenários históricos: o fim das ditaduras militares e a aplicação e consolidação dos modelos neoliberais.

⁷ Essas mudanças serão tratadas no item posterior.

1.2 As modificações ocorridas com as Organizações não Governamentais - ONGs

Os militantes das Organizações não governamentais – ONGs aperceberam-se das alterações econômicas e políticas do início da década de 1990. Gohn (1998,p.12) salienta que eles aproveitaram as oportunidades políticas que a conjuntura apresentava participando da criação de espaços de articulação entre a sociedade e os órgãos públicos. Neste ponto cabe uma nota quanto à afirmação de Landim (1998) no que se refere ao termo “Organização não Governamental”⁸. Diz a autora que;

Não é termo definido em lei, inexistente dispositivo jurídico que reconheça a classificação “organização não governamental”. Tampouco possui densidade enquanto conceito sociologicamente elaborado (LANDIM,1998,p.24).

Os militantes das Organizações Não Governamentais da década de 1990 permanecem nas organizações dedicando-se à elaboração e à renovação dos projetos, encarando o trabalho com profissionalismo, visto atender, conforme Gohn (1998, p.15) a eficiência e a produtividade na gestão de projetos sociais. A autora afirma ainda que esse enfoque passou a ser uma diretriz nas Organizações e não mais a militância, o engajamento à causa em ação. Esses militantes passaram a priorizar a sobrevivência pessoal e familiar. Eles questionavam a dedicação total exigida por muitas organizações que estruturavam os movimentos. Para Gohn

⁸ A autora esclarece que o termo surgiu em documentos das Nações Unidas, nos finais dos anos 40, designando um universo bastante amplo e vago de organizações com as quais esse Organismo poderia estabelecer consultorias. Ver Ações em sociedade (Landim,1998).

(1998,p.13) “Um novo militante nasce nos anos 90, os movimentos e organizações populares devem se adaptar a esse perfil, e não o contrário, como no passado”.

Sader comenta que as ONGs têm hoje história, no sentido de que o cenário em que nasceram se alterou, tanto quanto nele se modificaram suas formas de inserção. (SADER, 2001, p.1). As ONGs nos anos de 1990 constituíram um universo organizativo diferente dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980. Afirma Gohn (1998, p.14) que os movimentos sociais das décadas anteriores eram politizados e articulados com partidos, sindicatos e alas da Igreja Católica progressista. Para o que a autora identifica;

As ONGs tiveram que realizar reengenharia interna e externa para sobreviver. Alteram seus procedimentos. Passaram a buscar a auto-suficiência financeira [...] as atividades de militância passaram para segundo lugar, as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs (GOHN, 1998, p.14).

As Organizações não Governamentais – ONGs encontraram-se num embricamento na condução de sua gestão, necessitavam de pessoal capacitado para a execução dos projetos e de captação de recursos financeiros para remunerá-los, visto que os repasses dos recursos financeiros oriundos das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) representam apenas 14,5%⁹ de suas fontes de receitas, incumbindo as Organizações a procurarem sua auto-sustentabilidade. Essa situação desencadeou a execução de atividades lucrativas com o objetivo de resguardar sua manutenção, acarretando um total comprometimento com a centralidade do foco de sua gestão nas atividades fins, ou seja, as ações sociais.

⁹

1.3 As Organizações não Governamentais – ONGs e seu aparato legal na área da Educação

As alterações ocorridas nas políticas públicas e na vida política brasileira nas décadas de 1970 e 1980 favoreceram o crescimento do associativismo institucional (associação de classe, sindicatos), propiciando o surgimento de grandes centrais sindicais. O processo de abertura política pôs-se a termo com o surgimento de novas agremiações políticas como o Partido dos Trabalhadores - PT, o Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Partido Popular - PP, etc. Para Brum (1997, p.399), a passagem do governo militar para um presidente civil foi fruto de uma aliança das forças da oposição e setores políticos dissidentes. Não foi uma ruptura, mas uma solução negociada. Esta aliança acenava com mudanças relativas. Mas com a morte, antes da posse, do presidente indicado Tancredo Neves, assume o vice-presidente José Sarney, oriundo de um partido político que dera sustentação ao regime militar.

No governo de José Sarney foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988. Esta Constituição é reconhecida como a que contém os maiores avanços na área dos direitos sociais. O processo de sua elaboração se estendeu ao longo de quase dois anos. Mesmo assim, observa Brum (1997, p.401/402), que questões polêmicas foram remetidas para discussões posteriores, exigindo leis complementares.

⁹ Este percentual fora determinado com base na Pesquisa Comparativa Johns Hopkins- ISER realizada em 1995. Ver Organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos. (Landin, 1999, p.47)

Na Constituição encontram-se estímulos à colaboração das Organizações da sociedade, inclusive com incentivos fiscais¹⁰. Quando a Carta apresenta a Educação, no Artigo

205 “A Educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”, explicita a divisão de responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil;

Em suporte a essa concepção, existe o Artigo 213, que se refere aos recursos públicos, destinando-os não somente às escolas públicas, mas também às comunitárias, confessionais e filantrópicas. Portanto, a educação executada por Organizações não Governamentais - ONGs e seu financiamento com recursos públicos são atos constitucionais.

Nesse contexto, a Educação discutida na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia, em Março de 1990, passou a ser concebida como “direto de todos”, reafirmando o estabelecido na Declaração Mundial dos Direitos Humanos que “toda pessoa tem direito à educação”. Este objetivo é assegurado no documento final da Conferência divulgado como “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, no qual o Artigo 7º propõe o fortalecimento das alianças entre as organizações não governamentais, o setor privado, comunidades locais, grupos religiosos, família. Esse documento ainda se refere aos repasses dos recursos no Artigo 9º, que preceitua ser essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados e voluntários. Considera que, acima de tudo, é

¹⁰ Quanto a Imunidade Tributária encontra-se no artigo 150, VI, “c”, as Isenções de Contribuição no artigo 195 & 7º e referente aos Repasses de recursos públicos no artigo 204.

necessário uma proteção especial para a educação básica nos países em processo de ajustes estruturais. Afirma que “Agora mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico”.

O Plano de Ação¹¹, aprovado na referida “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, dimensiona ações conjuntas em nível local, nacional e mundial, no sentido de estimular a parceria para a mobilização dos recursos e financiamento. Com isto almeja-se suprir a demanda dos recursos humanos, financeiros e organizacionais, necessários ao cumprimento do acordo.

Em 1993, a Conferência da Cúpula de Nova Delhi, em Nova Delhi - Índia, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, ratifica todos os princípios de igualdade de responsabilidades, para garantir a inclusão de toda criança na educação formal ou em um programa educacional.¹² Percebe-se que as alianças dividindo responsabilidades na Educação entre o setor público e a sociedade civil não são apenas idéias dos políticos brasileiros, mas um entendimento mundial.

No Brasil destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de dezembro de 1996. Esta lei regulamenta a Constituição no seu Artigo 29, no que se refere ao universo das Instituições de Educação Privada, considerando as particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Ratifica o Artigo 77 da Constituição a questão dos recursos públicos disponibilizados para as escolas públicas e outras escolas representadas por instituições

¹¹ Temos como alguns dos princípios deste Plano: a) item 1.3, ações conjuntas em proveito da educação não-formal e permanente;b)item1.6, em nível nacional com a família, ONGs e associações de voluntários;c)item 45.b, em nível mundial o apoio direcionado com a participação das famílias, comunidades locais e ONGs.

¹² A Conferência ratificou o item 3.1 da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, no que concerne a garantir a toda criança vaga em uma escola ou em um programa educacional adequado às suas capacidades.

de educação particular sem fins lucrativos, com objetivo de oferecer ensino à população desassistida.

É importante lembrar que a origem das Instituições sem fins lucrativos de educação é concomitante com a origem da educação no país. Nos três primeiros séculos, de 1500 a 1800, foram criadas entidades privadas de educação mantidas por associações voluntárias formadas pelos jesuítas. No Brasil daqueles séculos, a Igreja Católica foi representada pelos jesuítas, que para Manacorda¹³ foram campeões máximos na luta da Igreja Católica contra o protestantismo. Os jesuítas assumiram a escola humanística que visava unir cultura clássica e valores cristãos. Oliveira e Haddad (2001,p.75) observam que o surgimento de instituições sem fins lucrativos está articulado à educação, lembram que “[...] é certo que seu envolvimento com o campo da educação não é novo. Aliás, esse envolvimento está na razão mesma do seu nascimento”.

Ainda durante os anos de 1990, verifica-se o interesse de grupos de empresas, institutos e fundações em relação à educação privada não lucrativa. Como salientam Oliveira e Haddad (2001, p.80);

A forte presença do capital no plano das ações sociais e da educação, em particular, demonstra duas faces contraditórias. De um lado, tal envolvimento aponta para um importante compromisso social de parte do capital, [...]

Neste ponto, vale ressaltar que os benefícios fiscais concedidos para as empresas são propulsores de interesses para investimentos em projetos sociais, sendo esse um

¹³ Para Manacorda, a Reforma da Igreja Católica nos anos quinhentos foi deflagrada com a rejeição do mundo medieval sob vários aspectos, bem como o encontro das civilizações européias com civilizações de outros continentes. Esses encontros foram chamados de movimentos populares heréticos que traziam à tona questões sociais. Enquanto isso, na base material da sociedade européia desenvolviam-se novos modos de produção. Ver História da educação: da antiguidade aos nossos dias (Manacorda, 1989).

indicador concreto da predisposição do governo de facilitar o engajamento do setor privado e da sociedade nas ações sociais, especialmente na educação, evidenciando, portanto, a intencionalidade de repasse das obrigações educacionais. Com esse entendimento os autores ainda alertam que;

ao mesmo tempo, aponta também para um crescente descomprometimento do setor público com a educação, correndo-se o risco do rompimento de um dos aspectos mais importantes na construção da democracia social brasileira (OLIVEIRA ; HADDAD, 2001, p.80).

A reflexão acima incita questionamentos sobre a preocupação da iniciativa privada com os atendimentos educacionais, remetendo a indagação: que alterações no contexto social fizeram com que a iniciativa privada passasse se interessar pela educação sem fins lucrativos? Para responder a esta questão os dados da pesquisa deste trabalho apresentam-se limitantes, pois requer investigação em fontes de dados que propicie maior aprofundamento dessa temática.

1.4 As atuais Organizações da Sociedade Civil - OSC

Depois de vinte e nove anos, o povo brasileiro volta às urnas e, em 1989, elege pelo voto direto o presidente da República. Vence Fernando Collor de Mello através de um partido criado por ele mesmo, o Partido da Renovação Nacional – PRN. Em 1992 é denunciado por envolvimento em corrupção e sofre um processo de impeachment. Assume a presidência da República o seu vice Itamar Franco. Para Brum (1997, p.479), dois compromissos orientaram seu governo: resgatar a ética na administração pública e na política, e preparar o país para a implantação de um plano de estabilização econômica. Itamar não conseguiu coalizão política e na área econômica seu governo começou a ganhar consistência a partir do Programa de Ação

Imediata -PAI, que preparou o país para um Plano de troca de moeda e controle da inflação. Em 7 de dezembro de 1993 anunciou o Plano Real. O sucesso do Plano influenciou a eleição do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, responsável pela formulação do Plano Real, para o próximo mandato de presidente da república.

Para consolidar o processo de estabilização da economia, afirma Brum (1997, p.527), que o governo de Fernando Henrique Cardoso empenhou-se na realização de três reformas estruturais: a Reforma Administrativa, a Reforma da Previdência Social e a Reforma Tributária Fiscal. São reformas complexas, que mexem com fortes interesses e implicam mudanças na Constituição, dependendo do Congresso Nacional. O governo de Fernando Henrique Cardoso chega ao final de dois mandatos, conseguindo realizar apenas a Reforma Administrativa que está no escopo da Reforma do Estado¹⁴.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso uma série de leis trouxe o que ficou conhecido como Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil, com as quais as “Organizações sem fins lucrativos” ou “Organizações não governamentais” passaram a ser denominadas de Organizações da Sociedade Civil – OSC.

Neste ponto, faz-se necessário elucidar o entendimento do termo “terceiro setor”, pois leva a pensar que já existe um primeiro e um segundo setor, em relação à totalidade do composto Estado–Nação. Para esta concepção estrutural, Fernandes (1994, p.19), reconhece um terceiro personagem na sociedade, além do Estado e do Mercado, ou seja, “não governamental” e “não lucrativo”. O autor salienta ainda, que os segmentos da sociedade componentes do Terceiro Setor trazem consigo diferentes hábitos organizacionais e realizam atividades em diferentes áreas como: Cultura, Habitação, Educação, Saúde, Serviços Sociais,

¹⁴ Esse aspecto será abordado no capítulo II.

Direitos Civis, Meio ambiente, Sindicatos, Religião, outros. Pela diversidade e complexidade do Terceiro Setor, Fernandes (1994,p.24) entende que “os três setores interpenetram-se e condicionam-se de tal maneira que a definição exata dos limites é motivo de controvérsias e variações no tempo e no espaço”.

Neste sentido, Montañó (2002, p.136) afirma que a discussão operada no debate do Terceiro Setor é reducionista e mistificadora, pois ao dar um sentido homogenizador às organizações por ele composto, perde-se a diferenciação que existe entre elas, não conseguindo distinguir entre o caráter público ou privado de sua origem, da atividade e da finalidade.

Voltando à legislação propendente das Organizações da Sociedade Civil componentes do Terceiro Setor, tinha-se até então como iniciativa governamental apenas a regulamentação das Entidades sem Fins Lucrativos, expressas em duas Leis: Primeiro, em 1935, quando surge a primeira legislação sobre a regulação entre Entidades Privadas sem fins lucrativos e o Estado, Lei nº 91 de 28/08/35, válida até hoje, que instituiu a Declaração de Utilidade Pública Federal. Depois, em 1942, com o Decreto Lei nº 4.657 de 4 de setembro, no qual as Entidades sem Fins Lucrativos passam a se representar juridicamente como Associações ou Fundações. Com base nesta lei, as Organizações constituídas como Sociedades ou Institutos são classificadas como Associações.

O Marco Legal instaurado no governo de Fernando Henrique Cardoso que promulgou três leis, apresentou como justificativa a intencionalidade de estimular e fortalecer a sociedade civil. Iniciou com a Lei nº 9637 de 15 de março de 1998, conhecida como Lei das Organizações Sociais – OS, que cria Organizações sem fins lucrativos ligadas ao governo. Não são fundações ou autarquias, mas organizações administradas por membros representantes da sociedade civil e do governo. Elas mantêm um Contrato de Gestão com o governo para prestação de serviços, ficam aptas a receber cedência do governo de imóveis, móveis, funcionários e são

isentas de impostos, com exceção da contribuição patronal da previdência social. Essas OSs devem ter por vocação a atuação em áreas estratégicas como ensino, pesquisa, tecnologia, meio ambiente, cultura e saúde. Outro ponto a ser salientado é que as OSs, criadas a partir de uma legislação proposta pelo governo, não têm necessidade de licitação para compra de materiais e de concursos públicos para contratação de pessoal.

Em 11 de dezembro de 1998, foi promulgada a Lei nº 9732, conhecida como Lei da Filantropia. Com ela, o governo pretendeu delimitar quem eram as Entidades Filantrópicas, pois para permanecerem com imunidade de impostos e isenções de contribuições, principalmente da cota patronal da previdência social, passou-se a exigir o Certificado de Filantropia. Essa certificação tem como pré-requisitos a Declaração de Utilidade Pública Federal, o registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. Com esta lei, o governo atinge o intento de dificultar o acesso aos benefícios fiscais àquelas instituições que não estão devidamente estabelecidas. Essa lei, proposta inicialmente apenas para a assistência social, passou também a beneficiar as Organizações que atuam na saúde e educação, sob pressão no congresso dos representantes destas duas áreas, pois nelas encontram-se grandes mantenedoras.

Completando a legislação contida no Marco Legal do Terceiro Setor, foi promulgada a Lei nº 9790 de 23 de março de 1999, que se refere às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Ela abrange todas as áreas, inova quanto as exigências para enquadramento de entidades sem fins lucrativos, pois dispensa o Certificado Filantropia e o Registro no CNAS, mas depende de autorização do Ministério da Justiça que fornece o Certificado de Qualificação. Mantém as isenções e as imunidades. Alves salienta que;

A redação da lei, por si, é também uma inovação, porque define o conceito de “sem fins lucrativos”, pelo qual passa a ser entidade de interesse público, não a entidade que não auferir lucro no exercício, mas a entidade que, se existindo o lucro, não o distribui aos sócios, dirigentes, empregados ou doadores (ALVES, 2002, p.12).

A contrapartida do governo para com as OSCIPs vem com um instrumento legal de cooperação firmado entre as partes, governo e organização, denominado de Termo de Parceria, que pode ou não ser renovado de acordo com os resultados alcançados. Outros dois requisitos relevantes para serem as Organizações qualificadas como OSCIP são: uma Declaração de todos os diretores afirmando que não são militantes nem tem interesses político-partidários; e o segundo, refere-se à remuneração do Diretor Administrativo, seguindo a lógica do mercado, que exige competência e profissionalismo e prevê-se a possibilidade (não a obrigatoriedade) para essa remuneração.

Na Lei da Filantropia, os diretores são obrigatoriamente voluntários e não recebem bônus ou qualquer outro benefício financeiro. As entidades certificadas como Filantrópicas tiveram a possibilidade de se adequarem em OSCIP, pois a intenção do governo em promulgar essa Lei foi criar facilidades burocráticas para as Organizações da Sociedade Civil atuantes em todas as áreas. As Leis tratam tão somente da configuração jurídica que devem adotar as Organizações do Terceiro Setor, ou seja, dependendo da área em que atuam, dos objetivos e da composição estatutária passam a serem denominadas juridicamente como: Entidades sem Fins Lucrativos - ESFL, Entidades Filantrópicas -EF, Organizações Sociais -OS ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, tendo como grande diferenciação o alcance aos benefícios fiscais.

1.5 A reformulação legal e as Organizações da Sociedade Civil - OSC na Educação

As Organizações não-Governamentais - ONGs, que iniciaram na década de 1990 como organizações que aglutinavam movimentos sociais, terminaram a década como Organizações da Sociedade Civil - OCS, sendo sinônimos os termos ONG e OSC. O termo Organizações da Sociedade Civil – OSC passou a ser utilizado por vários autores na década de 1990. A partir dessa década, as organizações começaram a chamar a atenção e a receber atenção dos estudiosos, que historicamente afirma Landim (1998,p.20), relegaram ao associativismo não combativo uma conceituação incipiente.

A diferença entre Organizações e Movimentos Sociais é que as organizações são institucionalizadas, ou seja, apresentam-se na sociedade como pessoa jurídica e os movimentos sociais não têm esta personalidade no direito civil. As Organizações são atualmente denominadas juridicamente como Associações. Vale ressaltar a diferença na denominação jurídica entre Associação e Sociedade, alteradas a partir do mês janeiro do 2003, quando entrou em vigor o novo Código Civil, que traz em seu Artigo 981 a conceituação “Sociedade” somente para as organizações vinculadas à atividade econômica e ao lucro, como são denominadas as “Sociedades Anônimas” – SA ou as “Limitadas” - Ltda. Portanto, as Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que ainda estatutariamente utilizam-se do termo “Sociedade” terão que se ajustar à nova legislação durante o ano de 2003. Esta correção jurídica tornará mais claro o entendimento de que: “Associação”¹⁵ é termo jurídico a ser adotado pelas “Organizações sem fins lucrativos” e “Sociedade” é o termo jurídico a ser utilizado pelas “Empresas Privadas” que visam ao lucro.

Nessas novas formas de expressão da sociedade, a educação passa a se tornar mais visível no universo das instituições “sem fins lucrativos”. Disposição esta, que ficou constatada no documento produzido pelas ONGs de Educação de Minas Gerais¹⁶, no qual considera-se não somente sua importância na formulação de políticas públicas, mas também trouxe a questão: Por que ONGs na Educação?

Apontam Oliveira e Haddad no documento,

Pensar em qualidade na educação escolar para as ONGs deve significar pensar numa experiência que, incorporando a aprendizagem do conhecimento, seja muito mais do que isto; seja também elemento formador e potencializador das várias dimensões do ser humano (OLIVEIRA ; HADDAD, 2001. p.82).

As Organizações da Sociedade Civil - OSC atuantes na área da educação configuram-se como mantenedoras das Escolas Privadas sem fins lucrativos no sistema de ensino brasileiro. No próximo capítulo esse tema será abordado com mais profundidade, através da Reforma do Estado e das novas ideologias políticas, pois estes direcionamentos políticos fizeram emergir diferentes posicionamentos da sociedade.

¹⁵ As Associações conforme o Art.53 do Código Civil, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para desenvolver atividades sem fins econômicos.

¹⁶ Encontro realizado para discutir as recomendações da Conferência Mundial, cujo tema foi “Educação para Todos” em 1994, no qual um dos temas abordados enfocou “Educação para todos: quais são os desafios para as ONGs? ONGs e Educação”. Ver As Organizações da Sociedade Civil e as ONGs da Educação (Oliveira e Haddad,2001)

CAPÍTULO II

OS ATRIBUTOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL SOB A LÓGICA DA REFORMA DO ESTADO

Neste capítulo o tema abordado refere-se às categorias de sustentação teórica do presente trabalho: a Sociedade Civil e o Estado; e as alterações ocorridas na década de 1990 no Brasil, a respeito do papel dessas estruturas. Adota-se como referencial teórico os conceitos de Gramsci que afirmam que a Sociedade Civil faz parte do Estado no sentido de sua totalidade e apóia -se nas críticas de Carlos Montaña (2002) no que se refere às proposições

neoliberais da Reforma do Estado e que para o autor “trazem um caráter funcional e estruturalista compatível com um “terceiro setor” desgarrado da totalidade social, portanto descomedido para um “espaço de luta de classes”, a ser utilizado como caminho de transformação e superação da ordem vigente”.

Aponta-se a conceituação de Fernandes (1994) e Landin (1999), teóricos do final do século XX, para os quais a Sociedade Civil é local de atividades não características das funções de governo, nem com as do mercado direcionadas pelo capital, contrapondo-se ao entendimento gramsciano de Coutinho e Sader de que a Sociedade Civil é parte integrante do Estado expressa pelas suas contradições. Denotam-se também as alterações conceituais da representação do Estado em decorrência das crises e expansões do capitalismo. Evidenciam-se os posicionamentos ideológicos e políticos que convergem para novas proposições econômicas. Uma híbrida terceira opção teórica é apresentada atrelando ideologia política à prescrição econômica, denominada de Terceira Via. Esta nova propositura traz a reflexão de alguns dos atuais teóricos, impingindo a discussão da reelaboração conceitual de Estado e Sociedade Civil, na tentativa de justificar a interpretação progressista neoliberal da realidade social.

O capítulo discorre sobre as ocorrências do quadro político e econômico no Brasil, trazendo à tona a orientação da Reforma do Estado como alternativa norteadora adotada para reconstrução do Estado.

2.1. Sociedade Civil

Com o esgotamento do modo de produção feudal e da intensa atividade

mercantil durante o século XVI até o século XVIII, realizada principalmente pelo comércio entre as metrópoles européias e suas respectivas colônias, consolida-se o modo de produção capitalista a partir da segunda metade do século XVIII e, especialmente, no século XIX com a Revolução Industrial. Este modo de produção denominado Capitalismo tem sua trajetória atrelada à base teórica enunciada como Liberalismo, interpretada por Adam Smith (1723-1790) no livro *Wealth of Nations* (Riqueza das Nações), no qual fundamenta o Liberalismo no livre funcionamento do mercado e afastamento do Estado da economia, tomando por base dois fatores: o capital e o trabalho. Ao fazer a crítica ao Capitalismo, Karl Marx fundamenta o Comunismo que tem o Estado como controlador da economia e que considera a propriedade coletiva como base do regime socialista. Marx (1989) admite o capital e o trabalho como duas categorias que historicamente expressam as relações sociais. O autor concluiu que;

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens constroem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX. 1989, p.3).

Entende-se, portanto, que para Marx o contexto social, composto pelos setores econômico e político, determina em última instância o comportamento do homem. Gramsci (1981, p.146), numa análise da realidade de sua época, concebe que a sociedade civil comportava duas classes confrontantes: o proletariado, classe dominada que vende sua força de trabalho por salários, e a burguesia, os dominantes, que acumula capital. Conceitua (Gramsci,

1991,p.151) que numa determinada sociedade existe uma multiplicidade de sociedades particulares, de caráter dúplice - natural e contratual ou voluntário, para as quais evidencia que “uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil)”.

Enquanto para Marx na sociedade realizam-se as forças econômicas, Gramsci resgata o espaço da sociedade no qual acontecem as relações sociais. Coutinho (1989) lembra que para Gramsci os portadores materiais da sociedade civil são “aparelhos privados de hegemonia”. Revela que Gramsci em sua “Teoria Ampliada de Estado” considera;

a sociedade civil formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc (COUTINHO, 1989,p.76/77).

O autor entende que para Gramsci essas Organizações são resultantes de uma crescente “socialização da política”, dando a esta esfera o nome de “sociedade civil”, insistindo que ela faz parte do Estado em sentido amplo (Coutinho, 1999, p.4).

No final do século XX, intérpretes neoliberais da sociedade passam a considerar a existência de dois grupos distintos formadores da sociedade civil. São eles: as organizações cuja hegemonia representa a expressão do capitalismo, localizadas no chamado Mercado, e outro cuja hegemonia das organizações representam valores coletivos, chamado de Terceiro Setor. Dentre estas interpretações, salientamos a colocação de Landim;

Apesar das referências teóricas diferenciadas, a idéia de que uma esfera que, separada da economia e do estado, é lugar não apenas de autonomia e pluralismo organizativos, mas também de atualização de práticas e valores

plurais, incapazes de se realizarem no terreno do mercado. Essa “terceira esfera”, teria o papel de representar os rumos e características assumidas tanto por este último (o mercado), como pelo Estado (LANDIM, 1998, p.18).

Na verdade, a conceituação teórica do Terceiro Setor vem sendo construída sob a lógica do capitalismo. Para Montañó (2002) o conceito foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital. O autor afirmar:

O termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”) [...]. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2002. p.53).

Da percepção dessa movimentação na sociedade, justificam os teóricos neoliberais que a dualidade capitalismo/socialismo não consegue mais explicitar todas as relações sociais, nem as conceituações de Estado e Sociedade Civil é capaz de comportá-las. Expressam este pensar apresentando um novo personagem denominado Terceiro Setor, para o qual Fernandes considera;

Pensar “terceiro setor” significa reunir sob uma mesma classe conceitual atividades tão distintas que, no passado, costumavam ser vistas como contraditórias ou mesmo antagônicas (FERNANDES, 1994, p.32).

Para este momento, o autor ainda faz a verificação;

Enquanto a noção de uma “sociedade civil” coloca-nos numa posição complementar e sistêmica ao Estado, a idéia de um “terceiro setor” orienta a reflexão para outras dimensões, sem fronteiras definidas (FERNANDES, 1994, p.127).

Por sublinhar a heterogeneidade das organizações que compõem o Terceiro Setor, o autor compreende que a sociedade apresenta um processo dinâmico. Numa percepção mais crítica, Sader (2001, p.1) conceitua a identidade da sociedade civil, como “o conjunto de todas as forças sociais e seus projetos hegemônicos e contra-hegemônicos”. Com estas deferências, pode-se concluir que a sociedade civil não se constitui no pressuposto de que “todos desejam o mesmo caminho”, visto que os indivíduos nela contidos incorporam diferentes aspirações. As interpretações de Coutinho reiteram as diferenças nos conceitos de Gramsci e Fernandes. Para Coutinho;

A “sociedade civil” em Gramsci é uma importante arena de luta de classes: é nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, direção política, capacitando-se para a conquista e o exercício do governo. Ela nada tem a ver com essa coisa amorfa que hoje chamam de “terceiro setor”, pretensamente situado para além do estado e do mercado (COUTINHO, 1999, p.4).

Enquanto Fernandes interpreta o papel das organizações como um devir, afirma;

Em tempos de grandes perigos, quando os mecanismos regulares e os automatismos já não se sustentam por si mesmos, é à vontade e à consciência que as sociedades humanas dirigem as suas inquietações. (FERNANDES, 1994, p.143).

A necessidade do entendimento da realidade social é percebida por Sader (2002, p.1) que entende ser preciso abandonar a herança liberal e rever conceitos como Estado e Sociedade Civil.

2.2 Estado

A partir do século XVI e durante todo o século XVII ocorreram sucessivas guerras Civis na Europa, nas quais monarquias centralizadoras e autoritárias que representavam Nações deram lugar a um Estado com o papel de mediador. Com o advento dos ideais liberais, já exposto anteriormente, o Estado passou a ter apenas a tarefa de manter a ordem interna e a segurança externa.

Gramsci (1991, p.151), defende a distinção entre sociedade civil e sociedade política, conceitua que a identificação de Estado e de governo não passa de uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é,

deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção) (GRAMSCI, 1991, p.149).

Sendo a “sociedade civil” já abordada anteriormente, resgatamos o apontamento de Semeraro (1999, p.74), de que a “sociedade política” na concepção gramsciniana compreende instituições mais públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público, etc. Para o autor, Gramsci em sua Teoria Ampliada do Estado, entende que o Estado é igual à sociedade civil mais sociedade política. Neste contexto Semeraro apresenta a ponderação;

Gramsci traça: “Estado ético = sociedade civil = sociedade regulada”, onde o Estado se torna ético porque promove o crescimento da sociedade civil sem anular as suas liberdades, e esta, ao amadurecer, dispensa as intervenções exteriores do Estado, porque o grau de socialização e de responsabilidade alcançados inaugura os tempos novos duma sociedade regulada pelas suas iniciativas (SEMERARO, 1999, p.77).

Nessa interpretação, Semeraro evidencia o ensejo de transformação de um Estado mediador para um Estado promotor da sociedade civil, sob a ótica do socialismo. Sobre a polêmica quanto às funções do Estado, Gramsci (1991, p.148) considera que “a direção do desenvolvimento histórico pertence às forças privadas, à sociedade civil, que é também “Estado”, aliás o próprio Estado”.

Gramsci (1991,p.31/32) denomina “economismo” o movimento teórico pela livre troca, o liberalismo, que representa a tendência de um grupo social dominante e dirigente. A prática denominada pelo autor de doutrinas econômicas, fora adotada pela maioria das nações, denominada por capitalismo, que apresentou, durante o século XX, uma trajetória irregular, pois o sistema econômico adotado pelos países liberais promoveu períodos de crise e de expansão do capitalismo.

Para Brum (1997, p.35/37), a primeira crise ocorreu ainda no final do século XIX (1873-1895), atingindo os países da Europa, devido à concorrência industrial da Alemanha e da Itália recém unificadas. A segunda crise teve início em 1913 também na Europa, devido ao acirramento da concorrência industrial promovido pelo sistema econômico do “livre mercado”, tido como um dos componentes desencadeadores da Primeira Guerra Mundial (1914-1919). A terceira crise, que aconteceu ao longo da década de 1930, iniciou nos Estados Unidos da América do Norte, afetando outros continentes. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos se recuperara, iniciando uma fase de expansão da economia capitalista até o início da década de 1970. A quarta crise, provocada pelos dois choques no preço do petróleo é, até então, a mais ampla, pois atingiu quase todos os países.

A partir de 1983 alguns países capitalistas retomam o crescimento econômico, enquanto os países subdesenvolvidos endividados passam a transferir capital para

pagamento da dívida aos países desenvolvidos¹⁷, agravando a situação econômica e de produção, deteriorando as condições de vida de sua população.

Nesse panorama de desigualdades entre países e população, os países capitalistas tornam-se atores políticos das práticas democráticas, que para Boron (1999, p.20) passa a disseminar o pensamento hegemônico de democracia, pressuposto de eleições livres e periódicas, direitos e liberdades individuais. Com esse direcionamento, pode-se sinalizar que a expansão dos mercados produzida pelo capitalismo reforçou o atrelamento entre a ideologia política e o sistema econômico. O triunfo do “capitalismo-democrático”, daquele momento, foi reiterado pela derrocada do socialismo e da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no final da década de 1980.

Em decorrência das crises do sistema capitalista surge para Boron (1999, p.7) na segunda metade do século XX, a propositura de reestruturação neoliberal¹⁸, na qual os governantes reafirmam sua adesão ao “livre mercado”, subentendendo-se, portanto, a não participação do Estado na condução do mercado. Entretanto, verifica-se que a interferência do Estado no mercado concretiza-se através de regulamentações, tanto no mercado interno como no mercado externo. Neste sentido Boron observa que;

apesar de sua propaganda em favor da proposta neoliberal os capitalismo desenvolvidos continuam tendo Estados grandes e ricos, muitíssimas regulações que “organizam” o funcionamento dos mercados, arrecadando muitos impostos, promovendo formas encobertas e sutis de protecionismo

¹⁷ Para o autor, o entendimento da época identificava desenvolvimento com mero crescimento econômico e o subdesenvolvimento era considerado simplesmente um atraso resultante de um ritmo mais lento de crescimento econômico linear. Ver Brum (1997, p.231).

¹⁸ Num Balanço do neoliberalismo, Perry Anderson informa que o neoliberalismo nasceu logo após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Ver Sader (1995,p.9).

e subsídios e convivendo com déficits fiscais extremamente elevados (BORON, 1999. p.9).

O autor ainda aponta que mesmo os governantes reiterando suas adesões aos princípios do “livre mercado”, apresentam regulamentações evidenciando que o triunfo do neoliberalismo foi mais ideológico e cultural do que econômico (BORON. 1999.p.8).

Na América Latina, afirma Sader (1995, p.35), o surgimento do neoliberalismo está delimitado pelo esgotamento do Estado de bem-estar social. O autor considera o neoliberalismo filho da crise fiscal do Estado .e faz uma projeção quanto ao direcionamento tomado pelo neoliberalismo no Brasil, adverte que a coalizão neoliberal brasileira buscará formas heterodoxas de imposição, em meio a alianças com as elites e a direita política (Sader, 1995, p.37). Numa singular referência às ocorrências econômico-políticas brasileiras, Sader sintetiza:

O “gattopardismo” caracterizou a história brasileira, com mudanças na forma, mas preservando a dominação das elites, sob a qual a “independência” adiou a República e o fim da escravidão, a República manteve o sistema político oligárquico, a “Revolução de 30” foi feita “antes que o povo a fizesse”, a redemocratização depois da ditadura militar manteve toda estrutura socioeconômica do poder, o combate à inflação do Plano Real preservou e promoveu o capitalismo financeiro (SADER, 2002, p.3).

Neste sentido, Coutinho (1989) pondera que na história brasileira o Estado protagonizou processos de incorporação dos partidos de oposição pelo bloco do poder, para o que argumenta;

Por um lado o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou mais concretamente, o predomínio das formas ditatoriais de supremacia em detrimento das formas hegemônicas: e, por outro, a prática

do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares (COUTINHO, 1989, p.125).

Para Sader (1995, p.37), o neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, de construir formas hegemônicas alternativas para sua superação. Percebemos que a agilidade que o capitalismo tem em reformular posições adequando-se às novas situações, avaliando seus pontos fracos e superando-se com proposições que revertam sempre em benefício da manutenção do sistema, tem conseguido fazer com que o sistema liberalismo-capitalista enfrente as crises e as críticas.

2.3 As novas proposições econômicas e políticas

Nas décadas de 1980 e 1990 os países passam a definir posições político-ideológicas rescaldadas no desgaste da direita liberal e do fracasso da esquerda socialista. No âmbito desta polarização, Brum (1997, p.492) observa a expansão do neoliberalismo e o desenvolvimento do neo-socialismo, entre outras tendências ideológicas como o neofascismo, o neonazismo, a neo-social-democrática, e outras. Entretanto para Ianni (1999), é possível priorizar o neoliberalismo e o neo-socialismo, já que elas são correntes de pensamento político que permitem descortinar dimensões teóricas, ideológicas e utópicas essenciais, das configurações e movimentos da sociedade global. O autor afirma que “é no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo”. (IANNI, 1999, p.216). A linha Neoliberal para Brum (1997,p.491) representa o interesse dos empresários e do capital privado em geral. Para o autor esta linha ideológica defende que “[...] as liberdades individuais e a livre iniciativa no

campo econômico. Quer a redução do Estado à sua dimensão mínima, tanto em sua estrutura como na sua intervenção na economia” .

Com esse posicionamento neoliberal de liberdade econômica, passa a ocorrer uma desregulamentação financeira mundial. Anderson (1995,p.16) conta que durante os anos de 1980 aconteceu uma verdadeira explosão especulativa nos mercados financeiros, o que acabou por diminuir o comércio mundial de mercadorias. O autor aponta que “por outro lado- e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo-, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais”.

Neste sentido, Ianni (1999) interpreta que o Neo-socialismo nasceu das configurações e dos movimentos da sociedade civil mundial. Para o autor, as raízes do neo-socialismo estão no balanço crítico dos experimentos socialistas e nas desigualdades produzidas com a exploração da força de trabalho pelo capital. Ianni afirma que;

O neo-socialismo é um desenvolvimento do socialismo, se entendermos que este está marcado pelos dilemas e horizontes da sociedade nacional e aquele pelos dilemas e horizontes da sociedade global (IANNI, 1999, p.235).

Percebe-se que o socialismo e o capitalismo sofreram modificações, recolocando-se com novas alternativas nas diretrizes políticas e econômicas dos países.

2.4 A terceira opção

Com a queda do muro de Berlin, em 1989, e dois anos depois da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, encerrou-se o modelo soviético da revolução

comunista. As reformas econômicas de cunho capitalista, implantadas na China comunista, puseram em derrocada o socialismo real. As vitórias na Alemanha do social-democrata *Gerhard Schroeder* e na Inglaterra, em maio de 1997, do primeiro ministro *Tony Blair* perfizeram nove dos onze países da União Européia que elegeram governos social-democratas, socialistas ou trabalhistas. Pode-se também incluir, o que aconteceu antes na França a partir de 1981 e na Espanha desde 1983, no que se refere a novos posicionamentos político-econômicos. Para Brum (1997), esta corrente ideológica aceita o sistema capitalista, propõe o aperfeiçoamento e a humanização do sistema, com avanço das privatizações e a democratização gradual da terra, como forma de integração social e promoção da cidadania. O autor aponta que esta linha defende;

[...] um Estado politicamente forte, capaz de definir regras e impor seu cumprimento, (...) O crescimento econômico deve ser concomitantemente acompanhado de gradativa distribuição de renda e melhoria nas condições de vida da população, [...] (BRUM, 1997, p.493).

Essa terceira corrente ideológica é conhecida como Terceira Via, baseada no livro *The Third Way* (A Terceira Via), cujo autor, o professor Anthony Giddens diretor da *London School of Economics and Political Science*, tornou-se o mentor do atual primeiro ministro britânico *Tony Blair*. O professor Anthony Giddens declarou que: a “terceira via” defendida por nós é a social-democracia modernizada. Ela é um movimento da outra esquerda (...) Da comparação entre os países que tem lidado com esta hipótese, percebe-se que está emergindo uma agenda comum. Seus principais objetivos são: 1) a reforma do estado; 2) a revitalização da sociedade civil; 3) a criação de fórmulas para o desenvolvimento sustentado; 4) preocupação com uma nova política internacional.”

Esse novo ideário político-econômico-social passou a influenciar todos os outros países dependentes da economia dos países mais ricos. Parece oportuno enfatizar que a

expressão “social-democracia” procura adjetivar o social pela democracia. A compreensão da palavra democracia torna-se cada vez mais distante de sua primeira versão na Grécia Antiga. Numa versão atual Boron (1999,p.19) argumenta que “a democracia como forma de organização do poder social no espaço público é inseparável da estrutura econômico-social sobre a qual esse poder repousa”.

No capítulo anterior discorreu-se sobre o pressuposto da “revitalização da sociedade civil” no Brasil, que passou a se concretizar com as referidas leis ali explicitadas, o Marco Legal do Terceiro Setor e seu conseqüente direcionamento das Organizações da Sociedade Civil. Para o que Montañó (2002) lembra que ao desenvolver-se no Brasil uma legislação própria para o chamado “terceiro setor” tem-se;

ajudado à criação e operação de certas entidades com “interesse público”, “não-governamental” e “sem fins lucrativos”, como corolário e justificativa para o processo neoliberal de desresponsabilização do Estado (MONTAÑO, 2002, p.200).

Quanto à “Reforma do Estado”, ela começou a ser posta em ação com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o qual será abordado no item seguinte.

2.5 A Reforma do Estado Brasileiro

Em novembro de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi publicado o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, cuja elaboração foi baseada na concepção de novas proposições, visto que os processos da Reforma do Estado no Brasil

apresentaram-se, para Cardoso (1998), coerentes com as novas concepções político-ideológicas vigentes nos grandes Estados ocidentais. O Plano assume a justificativa da Reforma do Estado, como sendo um instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento da economia, promovendo a correção das desigualdades sociais e regionais. Aponta como causa, o desvio das funções do Estado ocorrido em governos anteriores que dava prioridade à área produtiva. Cardoso (1998) almejou perfilhar essa Reforma do Estado brasileiro, tendo por base que “ princípio orientador a universalização do acesso aos serviços sociais básicos mediante a racionalização e democratização dos recursos e órgãos públicos” (CARDOSO,1998,p.5).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado salienta a distinção entre os conceitos “Reforma do Aparelho do Estado” e “Reforma do Estado”. A “Reforma do Aparelho do Estado”, proposta no Plano, está orientada a tornar a administração pública mais eficiente, enquanto que a “Reforma do Estado” é concebida como projeto amplo que diz respeito às várias áreas do governo e, ainda, ao conjunto da sociedade brasileira. O documento afirma;

A Reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (MARE, 1995, p.11).¹⁹

No Plano, o governo admite ainda que a proposta neoliberal, que tem por ideologia o Estado mínimo, é utópica. Assume como única resposta para a superação da crise, a proposta da Reforma do Estado. Neste sentido, Cardoso (1998) acredita que para enfrentar o momento político-ideológico, em qualquer situação, é preciso reconstruir o Estado, que deve ser capaz de;

Respeitadas as limitações do mercado, atender com não menor devoção aos anseios de solidariedade e de novas formas de atuação. Nunca porém, de destruição ou de minimização do Estado e da ação dos governos (CARDOSO, 1998. p.7).

Esse foi o caminho trilhado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a Reforma do Estado, quando se instaurou o Marco Legal do Terceiro Setor, já exposto no capítulo anterior. Cardoso (1998) salienta que a ação pública torna-se mais eficaz nas novas condições da sociedade, na qual o governo²⁰ é responsável e ativo no processo social, e que cada cidadão não tem apenas a idéia de seus direitos, mas também de seus deveres.

Num clima de novas proposituras em vários países, como nos Estados Unidos, alguns países da Europa, Nova Zelândia, Austrália, prevalece-se a prerrogativa de uma nova forma de governo, que Cardoso (1998) cita como sendo a “onda rosa”²¹, predominante no final do século XX, para fazer face aos desafios de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo internacional.

O Ministro da Administração e Reforma do Estado, do governo de Fernando Henrique Cardoso, professor Luis Carlos Bresser Pereira, advoga (1998, p.59) a formação de um Estado Social-Liberal, prevendo para o século XXI a formação de um Estado Social que protege os direitos sociais e promove o desenvolvimento econômico, e Liberal porque fará mais uso dos controles do mercado e menos os administrativos. Para um melhor entendimento da “Reforma do Estado”, Bresser Pereira (1998, p.60,61) aponta quatro

¹⁹ O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado- MARE.

²⁰ Cardoso adota no artigo os termos Governo e Estado admitindo que: Governo é o conjunto de instituições, mecanismos e pessoas que exercem poder, enquanto Estado refere-se às instituições e mecanismos que asseguram a dominação. Ver em Notas sobre a Reforma do Estado(1998).

componentes ou processos básicos, são eles: a) a delimitação das funções do Estado e os processos de redução de seu tamanho, através dos programas de privatização, terceirização e a publicização; b) a demarcação de seu papel regulador através dos programas de desregulação, que cria mecanismos de controle do mercado transformando o Estado em promotor ao invés de protetor da economia nacional; c) o aumento da governança do Estado, através do ajuste fiscal, reforma administrativa e formulações das políticas públicas; d) o aumento da governabilidade, através de instituições políticas que garantam a legitimidade e a democracia do governo.

A presente explanação preocupar-se-á apenas com o aspecto que aborda a delimitação da área de atuação do governo, por estarem ali inclusas as organizações formadas pela sociedade, parte integrante do objeto deste estudo. Bresser Pereira (1998) apresenta três áreas nas quais o governo deve delimitar sua atuação, são elas: a) as atividades exclusivamente do Estado; b) os serviços sociais e científicos do Estado; e c) a produção de bens e serviços para o mercado. A proposta resumida desse plano pode ser analisada no quadro que segue:

Quadro 1 : Delimitação da área de atuação do Estado

	Atividades Exclusivas do Estado	Serviços Sociais e Científicos	Produção de bens e serviços para o mercado
Atividades Principais	Estado – Pessoal	Publicização	Privatização
Atividades Auxiliares	Terceirização	↓	↓

Fonte: Lua Nova Revista de Cultura e Política nº 45- p.63, 1998

²¹ Para Cardoso são chamados de “onda rosa” os novos paradigmas político-ideológicos vigentes nos grandes Estados ocidentais, tidos como coerentes com os processos de reforma do Estado no Brasil. Ver em Notas sobre a

O autor conceitua como “Atividades exclusivas do Estado”, sinalizadas no extremo esquerdo do quadro, inclusas dentre as “Atividades principais” as despesas de pessoal, que deve representar o custo dos funcionários do Estado em relação ao produto Interno Bruto. Bresser Pereira (1998,p.63) identifica como “o poder de Estado”: o poder de definir as leis do país, poder de impor a justiça, poder de manter a ordem, de defender o país, de arrecadar impostos, de regulamentar as atividades econômicas, fiscalizar o cumprimento das leis. No outro extremo, à direita do quadro, o autor coloca a produção de bens e serviços como sendo “Atividades principais” do mercado, que sempre foram dominadas por empresas privadas, visto ser, no entendimento do autor, uma área mais eficiente se controlada pelo mercado do que pela administração pública. Por isso, a Reforma admite a “privatização” como um processo de transformar uma empresa estatal em empresa privada. No centro do quadro, está uma série de atividades da área social e científica, que para o autor não envolve necessariamente o poder do Estado. Bresser Pereira (1998, p.66) cita como executores dessas atividades as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatorios, os hospitais, as entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de radio e as televisão educativas e culturais, etc.

O autor justifica não enquadrar tais atividades como estatais por não serem monopólio do Estado, nem da iniciativa privada porque não são voltadas ao lucro e ao consumo. Para Bresser Pereira (1998), a Reforma do Estado nessa área denomina-se “publicização”, isto é, a transformação de uma organização estatal em uma organização de direito privado. Para

Montaño (2002), a “publicização” é na verdade a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para as organizações do “terceiro setor”. Para o autor;

Isto é uma verdadeira privatização de serviços sociais e de parte dos fundos públicos. Esta estratégia de “publicização” orienta-se numa perspectiva desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais (MONTAÑO, 2002, p.46).

Essas organizações são denominadas por Bresser Pereira (1998) de Organizações Públicas não Estatais - OPNE, que juridicamente recebem a denominação de Organização Social – OS, conceito abordado no capítulo anterior. Afirma ainda o autor que uma outra forma de conceituar a Reforma do Estado em curso é entendê-la como um processo de criação ou de transformação de instituições (Bresser Pereira, 1998, p.61). Não se pode deixar de mencionar a posição do governo no documento, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (MARE,1995.p.40) que considera como formas de propriedade: a Propriedade Estatal e a Propriedade Privada, já existentes no capitalismo contemporâneo, acrescentando a propriedade Pública não-Estatal, definida como sendo “constituídas pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo; e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público”.

Com essas afirmações, o governo reformista deixa evidente como lança mão de todos os mecanismos para manter o sistema capitalista reformulado. Ele descobriu que as já tão antigas Organizações são agora úteis e necessárias, reformuladas e formatadas em Organizações Públicas não-Estatais. O reconhecimento de um espaço Público não Estatal,

argumenta Bresser Pereira (1998,p.67), torna-se importante neste momento de crise do Estado, que tem o papel de intermediação ou pode facilitar o aparecimento de formas de controle social direto e de parceria, abrindo novas perspectivas para a democracia Cunill Grau²², (apud Bresser Pereira,1988) afirma que;

A introdução do ‘público’ como uma terceira dimensão, que supera a visão dicotômica que enfrenta de maneira absoluta o ‘estatal’ com o ‘privado’, está indiscutivelmente vinculada à necessidade de redefinir as relações entre Estado e Sociedade... O público, ‘no Estado’ não é um dado definitivo, mas um processo de construção, que por sua vez supõe a ativação da esfera pública social em sua tarefa de influir sobre as decisões estatais (CUNILL GRAU apud BRESSER PEREIRA,1998,p.68).

Para Montaño (2002) a estratégia de reconstrução do capital tem a clara função de fetichizá-lo em “transferência”, encobrendo a essência do fenômeno, o que o autor evidencia como consequência;

Levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitável para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (MONTAÑO, 2002, p.226/227).

Recentemente surgiram nos Estado Unidos, no Ensino Fundamental, escolas gratuitas de caráter comunitário. Na Espanha, cerca de um quarto dos alunos estuda em escolas comunitárias gratuitas, que recebem do Estado o equivalente ao que o Estado gasta para a manutenção das escolas estatais. No Brasil, o programa de publicização prevê a transferência desses serviços para as Organizações Sociais, já mencionadas no item anterior. A Reforma do Estado traz a contradição de um Estado regulador e formatador, que açambarca a sociedade civil

²² Nuric Cunnil Grau escreveu *La Rearticulación de las Relaciones Estado-Sociedad: em buesqueda de nuevos*

para dividir suas funções, transformando-a, sem ao menos se aperceber se as organizações representativas da sociedade desejam ou estão preparadas para serem inclusas no processo de Reforma do Estado, ainda nos moldes capitalistas.

A história conta que as Organizações nunca se originaram de uma legislação, mas sim da união de pessoas segundo seus valores. Vale refletir se as atuais Organizações da Sociedade Civil permitirão serem absorvidas pelas causas do sistema ou pelas suas próprias causas.

O próximo capítulo procurará mostrar como as categorias das Escolas Privadas sem fins lucrativos, cujas mantenedoras são Organizações da Sociedade Civil, foram normatizadas a partir da Reforma do Estado, ganhando relevância nos registros do Censo Escolar.

CAPÍTULO III

O REGISTRO NO CENSO ESCOLAR DAS CATEGORIAS DA ESCOLA PRIVADA

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar como as Escolas Privadas sem fins lucrativos, mantidas por Organizações da Sociedade Civil, foram ganhando

visibilidade no sistema de ensino através do Censo Escolar, durante o período de 1996 até 2002. O Censo Escolar é uma pesquisa declaratória, tendo como unidade de informação a Escola e como informante o diretor ou responsável de cada unidade escolar, seu objetivo é o de realizar anualmente um levantamento de informações estatísticas educacionais de âmbito nacional. O Censo Escolar, utilizado como fonte de coleta de dados da presente pesquisa, permitiu que a configuração de suas informações reflita as situações e modificações ocorridas no sistema de ensino. O Censo Escolar não apenas é útil como coleta de dados, mas também como instrumento das políticas públicas educacionais.

Para o início da pesquisa foram utilizados os formulários dos questionários do Censo Escolar do ano de 1996, uma vez que se trata de ser o último Censo realizado anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394 de 1996. É possível verificar ainda que antes dessa Lei, a abrangência das escolas pesquisadas registradas no Censo Escolar distinguia-se em duas dimensões: as Públicas e as Particulares.

A partir do Censo Escolar do ano de 1997, várias alterações nos campos de registro da escola no formulário do questionário foram ocorrendo até o último Censo Escolar pesquisado, o do ano de 2002. O campo de registro das Escolas Privadas passou a evidenciar modificações quanto a sua composição, chegando a classificar as Escolas Privadas em categorias, identificando-as em: Particular, Confessional, Comunitária e Filantrópica.

Para melhor entendimento desse processo de construção das categorias da Escola Privada, discorrer-se-á sobre o histórico da formatação do Censo Escolar, comparando anualmente a expressão dada às Escolas Privadas. Há uma dificuldade aparente em fazer um trabalho de acompanhamento quantitativo destas escolas no decorrer dos anos pesquisados, de 1996 a 2002, devido à alternância nos registros que as admitiu inicialmente como um tipo de escola, depois as dividiu em categorias e por fim fez a distinção entre Categorias da Escola

Privada e Mantenedoras da Escola Privada. Por isso, o objetivo foi ater-se em retratar a mudança de concepção e formas de registros censitários das Escolas Privadas, com o que foi possível constatar a expressão que as Escolas Privadas sem fins lucrativos e suas Mantenedoras adquiriram no sistema de ensino.

Outro relevante aspecto encontrado diz respeito à conceituação “sem fins lucrativos”. O Censo aponta somente a categoria Particular, dentre as categorias da Escola Privada, como tendo objetivo de lucro. Para as demais categorias da Escola Privada o Censo admite a necessidade de Mantenedoras, representadas por Organizações da Sociedade Civil. O reconhecimento dado pelos registros censitários do espaço ocupado pelas Escolas Privadas sem fins lucrativos na Educação acontece concomitantemente com a Reforma do Estado e com a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

3.1 O INEP e a organização do Censo Escolar

O relato aqui iniciado é constituído por informações disponibilizadas no ano de 2002, pelo órgão da União responsável pelo Censo Escolar, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. O INEP, denominado inicialmente de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foi criado através da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. Sua principal função era a pesquisa para orientar a formulação de políticas públicas. Em 1972 o INEP foi transformado em órgão autônomo com o objetivo de realizar um levantamento da situação educacional do país. Esse levantamento ajudou a subsidiar a reforma do ensino, em andamento,

aprovada anteriormente pela Lei nº 5.692/71. Após um período de dificuldades, o INEP iniciou outro processo de reestruturação e redefinição de sua missão, centrada em dois objetivos: reorientação das políticas de apoio à pesquisas educacionais e reforço do processo de disseminação de informações educacionais, incorporando novas estratégias e modalidades de produção e difusão de conhecimentos e informações. Com tais atribuições o INEP, em 1997, foi transformado em autarquia federal.

No INEP, as informações, estatísticas e sondagens sistemáticas sobre a realidade do ensino constituem hoje a base de um processo de avaliação permanente. Dentre as fontes de informações, destaca-se o Censo Escolar, que desde 1996 utiliza o Sistema Integrado de Informações Educacionais - SIEd, que promove a descentralização da coleta de dados e do acesso a seus resultados. Em 1998, o INEP passou a ter a responsabilidade de coordenar o Censo Escolar definindo as ações de sua competência. Enfatizou, de acordo com a LDB nº 9394 /96, a importância do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios na execução do processo censitário.

3.2 O Censo Escolar como instrumento de coleta de dados

A normatização dos procedimentos estatísticos adotados pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul tem se consolidado nos últimos anos em busca do aperfeiçoamento. A Gestora de Estatística, através de depoimento verbal à

pesquisadora, informou que a Coordenadoria de Planejamento e Estatística elabora anualmente questionário próprio ou anexos ao questionário do Censo Escolar do Ministério da Educação e Cultura - MEC, com o objetivo de acrescentar aos dados censitários nacionais informações detalhadas, que propiciem um levantamento das realidades regionais e locais do Estado. Essas informações são analisadas pela Superintendência Estadual para estudos das necessidades, constituindo-se em subsídios para as propostas da política educacional adotada no Estado.

A execução do planejamento efetuado pela Secretaria Estadual para a coleta dos dados censitários inicia-se com o Encontro Anual de Estatística, entre os assessores técnicos da Coordenadoria Estadual e os representantes no Estado das Escolas Federal, Estaduais, Municipais e Privadas. Durante o encontro realizado em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja data base é a última semana do mês de março e usualmente acontece no decorrer de um dia, a Secretaria procura conscientizar os participantes das responsabilidades que assumem a cerca da veracidade dos dados coletados. Para uma maior eficácia no repasse das informações é realizado um treinamento, oportunizando o esclarecimento de dúvidas e orientações quanto à precisão no preenchimento do questionário. Essa preocupação reside no fato de essas informações terem importantes destinos, pois além de perfazerem o diagnóstico e avaliação educacional, compõem a base de cálculos para a execução de programas de apoio educacional, como a Merenda Escolar e o repasse de Recursos Financeiros, bem como orienta a participação no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, cuja Lei será abordada no próximo item.

Após o devido preenchimento pelas Escolas do questionário do Censo Escolar, ele é enviado para a Secretaria Estadual de Educação que inicia a digitação dos dados fazendo uso do sistema computadorizado SIEd integrado ao INEP, no qual as informações lançadas são simultaneamente compiladas pelo sistema nacional. Esse sistema computadorizado

possibilita ao INEP e à Secretaria uma análise visual da consistência das informações apuradas, detectando possíveis incoerências entre os dados. Isto demanda uma correção imediata, inclusive se preciso for a verificação *in loco*.

No mês de agosto é divulgado pelo INEP o primeiro relatório do Censo Escolar Nacional, sendo o definitivo concluído no mês de novembro, auferindo um tempo para as secretarias estaduais procederem as últimas correções.

Outra importante prática administrativa realizada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul é a aferição das informações, denominada de Medida de Qualidade, para a qual uma equipe da Secretaria escolhe aleatoriamente algumas escolas no Estado a fim de proceder a confirmação dos dados. Realiza esta prática consultando as fontes registradoras das escolas, ou seja, o Livro de Matrícula ou a Relação de alunos, comparando-as com o Diário de Classe e a Lista de presença dos alunos.

3.3 O Censo Escolar como instrumento das políticas públicas educacionais

O Ministério da Educação e Cultura – MEC tem por responsabilidade estabelecer as diretrizes e o desenvolvimento de programas voltados para a melhoria da qualidade na educação. A Constituição Federal estabelece como dever do Estado com a Educação o levantamento de informações e estatísticas por meio da realização do Censo Escolar, instituindo no seu Artigo 208 o inciso III determinando que : “Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência escolar”.

A atual LDB determina que o Censo Escolar é uma responsabilidade a ser compartilhada pelas três esferas de governo, em seu Artigo 5º enuncia que “Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União”, conforme inciso I “recensar a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso”.

Incumbe a União em seu Artigo 9º, inciso V, de proceder a coleta, analisar e disseminar informações sobre a educação. Esse procedimento deve ter por finalidade permitir a elaboração de um diagnóstico da situação educacional do país, visto serem os dados e informações utilizados como subsídios aos diferentes processos decisórios. A partir da LDB de 1996 e da modernização e ampliação do sistema computadorizado de informações promovido pelo SIEd, já mencionado no item anterior, a atualização das estatísticas educacionais é realizada anualmente, em regime de colaboração entre as Secretarias de Educação nos Estados e o órgão federal INEP.

No que se refere ao repasse dos recursos financeiros, foi sancionada a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-- Fundef, Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996, que fixa, como base para a distribuição dos recursos do Fundo, os dados oficiais do Censo Escolar sobre a matrícula no Ensino Fundamental. A Lei do Fundef determina que as estimativas de matrículas e o valor anual mínimo por aluno terão como base as estatísticas do Censo Escolar. A lei atribui ao MEC, em seu Artigo 2º inciso IV, a responsabilidade de realizar anualmente o Censo Escolar, inclusive com a obrigatoriedade de publicar os resultados no Diário Oficial da União. Assegura aos Estados e Municípios o direito de apresentar, no prazo de 30 dias após a publicação, recurso para retificação dos dados do Censo Escolar. Estabelece, ainda, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem comprovar o fornecimento das informações solicitadas pelo Censo Escolar,

sob pena de sanções, conforme Artigo 10, inciso III. A Lei do Fundef foi regulamentada pelo governo federal pelo Decreto nº 2.264/97, que estabelece de forma mais explícita o papel do Censo Escolar na operacionalização da sistemática de financiamento do Ensino Fundamental.

3.4 Alterações do Censo Escolar dos anos de 1996 até 2002

Os dados do Censo Escolar do ano de 2002 abrangeram a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, os níveis Ensino Fundamental e Ensino Médio; a Educação para Jovens e Adultos, a Especial e a Profissional, além de quantificar a Classe de Alfabetização - CA e o Curso Normal.

O Censo Escolar do ano de 1996, o último anterior a atual LDB, traz uma composição muito diferente do Censo do ano de 2002. Nele constavam Tabelas com abreviaturas, siglas das unidades da federação e códigos das modalidades técnicas, suplência profissionalizante e qualificação, que foram abolidas a partir de 1997, permanecendo apenas a Tabela de Cursos e/ou Habilitações profissionais, que ao longo do tempo foram adequando-se às novas categorias de ensino, chegando a compor no Censo Escolar do ano de 2002 apenas duas tabelas, sendo a Tabela do Ensino Médio e Médio Profissionalizante e a Tabela das Áreas dos Cursos de Educação Profissional.

Todos os formulários dos questionários pesquisados neste trabalho, desde o Censo Escolar do ano de 1996 até o Censo Escolar do ano de 2002, foram divididos por eixo temático, sendo que apenas o do ano de 1996 recebe a denominação de “partes”. Os demais receberam a configuração de “blocos”, constituindo-se o último formulário do questionário do Censo Escolar por:

- Bloco 1: Cadastro da Escola

Identificação básica da Escola: nome, endereço, tipo de escola, modalidade de ensino, registros.

- Bloco 2: Caracterização Física da Escola

Identificação da estrutura física: local, forma de ocupação, utensílios, equipamentos, livros.

- Bloco 3: Dados Gerais da Escola

Identificação da utilização dos recursos físicos e humanos: número de salas existentes, quadro de funcionários e de professores.

- Bloco 4: Educação Infantil;

- Bloco 5: Classe de Alfabetização;

- Bloco 6: Ensino Fundamental (1º Grau - Ensino Regular);

- Bloco 7: Ensino Médio (2º Grau – Ensino Regular) e Médio Profissionalizante;

- Bloco 8: Curso Normal em nível Médio;

- Bloco 9: Educação Especial;

- Bloco 10: Educação de Jovens e Adultos - Ensino Supletivo;

- Bloco 11: Educação Profissional – Nível Técnico.

Os blocos de 4 a 11 procuram identificar as turmas, no que se refere a quantidade de classes, número de alunos matriculados, frequência, abandono, transferência, rendimento escolar, formas de organização das séries, turnos, horários, faixa etária, sexo, programas e áreas de atuação. Os dados constantes em cada questionário têm por base os números e realidades existentes no ano anterior, portanto, o Censo do ano de 2002 transcreve os dados referentes ao ano de 2001.

3.5 As categorias da Escola Privada e suas Mantenedoras

Considerando como objeto de estudo da presente pesquisa a Escola Privada sem fins lucrativos, procurou-se encontrar nos formulários dos questionários do Censo Escolar o campo que registra a existência destas escolas, sendo a abordagem realizada de forma comparativa entre os formulários dos questionários pesquisados. Conforme o apresentado anteriormente, o levantamento de informações iniciou-se com o Censo Escolar do ano de 1996. Nele a identificação da Escola é referenciada apenas no campo “dependência administrativa”, a ser assinalada nas opções: Federal, Estadual, Municipal e Particular. Portanto, até aquele momento o Censo Escolar registrava as escolas em apenas dois tipos: as públicas (Federal, Estadual e Municipal) e as particulares.

A modificação quanto ao Tipo de Escola passou a ser registrada a partir do Censo Escolar do ano de 1997, o primeiro após a promulgação da atual LDB. O Censo Escolar do ano de 1997 no então Bloco 1- Cadastro da Escola, passou a identificar no campo 20 o “Tipo de Escola Particular”, definindo-as como:

- **Mantida com Recursos Próprios:**
Escola instituída e mantida por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado com fins lucrativos.
- **Mantida por Empresas:**

Escola vinculada a uma empresa e que atende a seus funcionários e aos filhos destes, ou a outras pessoas da comunidade, sem fins lucrativos.

- Mantida pelo SENAI/ SENAC/ SESI/ Outros:

Escola vinculada aos /Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, Serviço Social da Indústria, etc.

- Comunitária: Sem fins lucrativos

Escola instituída por grupos de pessoas físicas, ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores, dos pais de alunos, que incluam na entidade mantenedora representantes da comunidade que atende.

- Filantrópicas:

Escolas instituídas por pessoa física ou por uma ou mais pessoas jurídicas, com finalidade de prestar assistência educacional gratuita à população carente.

O Censo do ano de 1998 não altera o campo 20 e apenas acrescenta a opção “Outras”, sinalizando a possibilidade da existência de outros Tipos de Escola Particular. É a partir do Censo Escolar do ano de 1999, entretanto, que a diferença entre Escola Particular e Escola Privada começou a ser expressa. Nesse ano foi feita a correção, alterando o campo “Tipo de Escola Particular” por “Categoria de Escola Privada”²³, condizente com a nomenclatura da atual LDB e com a Constituição Federal²⁴. A atual LDB traz a concepção do universo das escolas pesquisadas. Enseja, em seu Artigo 19, que as Instituições de Ensino dos diferentes níveis classificam-se em Categorias Administrativas conforme o inciso I – “públicas, assim entendidas

²³ O Censo Escolar de 1999 adequou sua nomenclatura com a da LDB, pois a Lei traz em seu Art.19 a classificação das Categorias Administrativas das Instituições de Ensino em : Públicas e Privadas. No Art.20 estabelece as Categorias das Instituições Privadas de Ensino em: Particular, Comunitárias, Confessional e Filantrópicas.

as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público” e inciso II “privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”.

Essas duas dimensões de Categorias Administrativas passam a compor-se pelas Categorias:

- a) A Escola Pública é composta pelas Categorias: Federal, Estadual e Municipal;
- b) A Escola Privada é composta pelas Categorias: Particular, Filantrópica, Comunitárias e Confessional.

Observa-se que a expressão “Escola Particular” utilizada até o Censo Escolar do ano de 1998 não mais identifica todas as escolas que não são públicas, pois a partir do ano de 1999 passou a ser considerada no Censo Escolar como uma categoria das Escolas Privadas; e que a denominação “Escola Privada” passou a partir do ano de 1999 a considerar todas as categorias de escolas não públicas.

No campo 20 do Censo Escolar , alterou-se ainda a opção “Mantida com Recursos Próprios” por “Particular (mantida com recursos próprios)”. Evidenciando portanto, que a Escola Particular é aquela que não depende de doações ou outros tipos de recursos que não sejam aqueles que ela própria consegue angariar.

O Censo Escolar do ano de 1999 manteve no mesmo campo as demais opções do Censo do ano anterior, não mais apresenta a opção “Outros” e acrescentou :

- Mantida pela APAE/ Pestalozzi:
No questionário não é descrita sua finalidade, mas pressupõe-se que devam ser assinaladas nesta opção as escolas especializadas na Educação Especial mantidas por tais Organizações.

²⁴ A Constituição Federal ao referir-se aos recursos públicos em seu Art.213, considera que poderão ser destinados recursos não somente para as Escolas Públicas, mas também para as Escolas sem fins lucrativos Confessionais,

- Confessional:

Escolas instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atenda a orientação confessional e ideológica específica, e que inclua na sua entidade mantenedora representantes da comunidade.

O Censo Escolar do ano 2000 não altera o campo 20 em relação ao Censo do ano anterior, deixando num mesmo campo as Categorias e as Mantenedoras das Escolas Privadas. Finalmente, a partir do Censo Escolar do ano de 2001 fica clara a diferença de concepção entre “Categoria de Escola Privada” e “Mantenedoras de Escola Privada”, explicitada na modificação do campo 20 e na criação do campo 21, que passam a serem identificados como:

- Campo 20: Categoria de Escola Privada

Apresenta as opções:

- Particular (mantida com recursos próprios);
- Confessional;
- Comunitária;
- Filantrópica.

Subtraíram-se as escolas que no Censo do ano anterior eram consideradas como Categoria: as Mantidas por Empresa, as Mantidas pelo SENAI/SENAC/ Outros e as Mantidas pela APAE/Pestalozzi, passando a apresentá-las corretamente como Mantenedoras, em campo próprio :

- Campo 21: Mantenedoras da Escola Privada

Apresenta as opções:

- Mantida por empresa ou por grupos empresariais do setor privado;
- Mantida por sindicatos de trabalhadores, associações ou cooperativas;
- Mantida por sindicatos de classe patronal (SENAI, SENAC, SESI, etc.);
- Mantida por organização não- governamental – ONG nacional;
- Mantida por organização não-governamental – ONG internacional;
- Mantida pela APAE/ Pestalozzi.
- Outros.

Portanto, a definição para “Categoria da Escola Privada” e “Mantenedora da Escola Privada”, foi auferida pelo Censo Escolar do ano de 2001. Seus campos permaneceram inalterados na composição do questionário do Censo Escolar do ano de 2002. Observa-se que no decorrer do tempo de aplicação dos questionários censitários pesquisados, ou seja, entre os anos de 1996 e 2002, ficaram expressas as mudanças no entendimento das diferentes Escolas Privadas, reorganizando-as de acordo com sua finalidade e sua sustentabilidade financeira. Ficam evidentes quatro aspectos a serem enumerados:

- 1) O Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul do ano de 1996 restringiu-se ao levantamento dos dados de 1.062 Escolas Públicas e 325 Escolas Particulares. Neste questionário anterior a LDB, os dados estatísticos-educacionais computavam as Escolas Particulares sem distingui-las entre as mantidas com recursos próprios e as que dependem de Mantenedoras, não expressava a preocupação de localizar no universo do Sistema Escolar a Escola Privada sem fins lucrativos, não considerava, portanto, essas escolas como elemento preponderante para o diagnóstico do sistema educacional.

- 2) O Censo Escolar do ano de 2002 identifica 1.073 Escolas Públicas e 452 Escolas Privadas. A categoria das Escolas privadas é composta pela categoria Escola Particular, com 313 escolas com fins lucrativos e pelas categorias Filantrópica, Comunitária e Confessional com 139 escolas sem fins lucrativos, portanto auferindo visibilidade às Escolas Privadas sem fins lucrativos no Censo Escolar.
- 3) A construção da conceituação “Categoria de Escola Privada” considera as especificidades dessas escolas no que se refere a sua natureza (particular, confessional, comunitária, filantrópica), que retrata o motivo de sua existência.
- 4) O entendimento a que se chegou ao que se refere à conceituação de “sem fins lucrativos” prende-se a apresentação, desde o ano de 2001, que o Censo faz das categorias da Escola Privada, considerando-as como:
 - Particular - aquela com fins lucrativos;
 - Comunitária - aquela sem fins lucrativos;
 - Filantrópica – compreendida como sem fins lucrativos²⁵;
 - Confessional – compreendida como podendo ser com ou sem fins lucrativos²⁶.
- 5) Após incluir, a partir do ano de 2001, as categorias das Escolas Privadas “sem fins lucrativos”, o Censo Escolar passa também a considerar como elemento estatístico-educacional as Mantenedoras destas escolas, visto não serem mantidas pelo governo, mas mantidas, em grande medida, pelas Organizações da Sociedade Civil.

²⁵ O Censo Escolar não coloca textualmente esta conceituação, mas explicita que considera nesta categoria todas as escolas que “presta assistência educacional gratuita”.

²⁶ O Censo Escolar não faz menção quanto à finalidade lucrativa. No próximo capítulo ao serem apresentados os dados censitários constata-se a existência das duas concepções, as “Confessionais sem fins lucrativos” e as “Confessionais com fins lucrativos”.

Essa nova forma do governo buscar dados para o diagnóstico educacional parece mostrar a aceitação do governo, diante da realidade social, de que a educação não está a cargo somente do governo ou de interesses da iniciativa privada, mas também das Organizações da Sociedade Civil.

CAPÍTULO IV

A ESCOLA PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo, apresentam-se os dados coletados da presente pesquisa, com o objetivo de conhecer a atual situação das Escolas Privadas sem fins lucrativos na educação escolar do Estado, bem como sua atuação na oferta de Níveis e Modalidades de Educação e Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, fez-se necessário identificar as mantenedoras das escolas pesquisadas, sendo elas constituídas como Organizações da Sociedade Civil. Ao se identificar a atuação da Escola Privada sem fins lucrativos, procurou-se verificar a veracidade da hipótese de que as Escolas Privadas sem fins lucrativos concentram sua participação no sistema de ensino em determinado Nível de Ensino e Modalidade de Educação.

Inicialmente, será apresentado o universo do Sistema Escolar no Estado, quantificando as Escolas Privadas com e sem fins lucrativos, passando a reconhecer suas categorias e percentuais de representatividade. As categorias das Escolas Privadas sem fins lucrativos são compostas por Mantenedoras, com as quais correlaciona-se o quantitativo da oferta dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino realizada pelas escolas pesquisadas.

Constatou-se o percentual dos níveis e modalidades de educação e ensino oferecido pelas Escolas Privadas sem fins lucrativos na educação escolar do Estado, bem como a categoria da Escola Privada com maior participação nessa oferta e a mantenedora. Pode-se, portanto, concluir qual o nível de ensino e modalidade de educação de maior preponderância oferecido pelas Escolas Privadas sem fins lucrativos no Estado de Mato Grosso do Sul.

4.1 O universo da Educação Escolar no Estado

O sistema escolar no Estado de Mato Grosso do Sul é composto pelas

Escolas Públicas e Privadas, que de acordo com informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Educação, em 2002, totalizaram 1.525 estabelecimentos de ensino. As escolas Públicas são unidades de ensino de responsabilidade dos governos nos três níveis de poder, já conceituada no capítulo anterior. Tomando por base o Censo Escolar do ano 2002 este universo é composto por: 674 escolas municipais, 398 escolas estaduais e 1 escola federal. O levantamento de dados do Censo Escolar do ano de 2002 das Escolas Privadas identificou um quantitativo de 452 Escolas Privadas no Estado, caracterizadas da seguinte forma:

4.1.1 A Escola Privada e suas Categorias

O Censo Escolar do ano de 2002 apresentou as categorias das Escolas Privadas distribuídas quantitativamente da seguinte forma:

Escola Particular	313	Escola Filantrópica.....	110
		Escola Comunitária.....	20
		Escola Confessional.....	9
Total.....	452		



Gráfico 1: Quantificação das Escolas Privadas
 Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul ano 2002

Constatou-se pelos dados apresentados que as Escolas Particulares, as lucrativas mantidas com recursos próprios, representam a maioria –70% - dos estabelecimentos privados de ensino, ficando a cargo das Organizações da Sociedade Civil, as Mantenedoras da Escola Privada sem fins lucrativos somente 30% dos estabelecimentos de ensino, a serem apresentadas no item a seguir.

4.1.2 As categorias das Escolas Privadas sem fins lucrativos

O universo das Escolas Privadas sem fins lucrativos, de acordo com o Censo Escolar do ano de 2002, quantificou as categorias representadas por :

Escola Filantrópica	110	Escola Comunitária.....	20
Escola Confessional ²⁷	9	Total.....	139

²⁷ As escolas Confessionais representadas nesta categoria são apenas aquelas Escolas Confessionais que não visam lucro



Gráfico 2: Quantificação das Escolas Privadas sem fins lucrativos

Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul ano 2002

Esse total de 139 Escolas Privadas sem fins lucrativos representa todo o campo da presente da pesquisa, no qual constatamos a predominância das Escolas Filantrópicas, 80% dos estabelecimentos. O restante é representado pelas Comunitárias, com 14%, e as Confessionais, com apenas 6% do total.

4.2 O universo das Escolas Privadas com fins lucrativos

Para uma posterior comparação entre os dados coletados, este item está destinado a realizar um breve relato da quantificação das Escolas Particulares, ou seja, as Escolas Privadas com fins lucrativos. De acordo com a definição colocada no questionário do Censo Escolar ano 2002, admitem-se como representante da Escola Particular as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado com fins lucrativos, mantidas com recursos próprios. Por não ficarem claros no Censo Escolar quais são os recursos próprios, subentendemos serem aqueles angariados através da cobrança de matrícula e mensalidades.

O Censo Escolar do ano de 2002 apontou que as Escolas Particulares com fins lucrativos perfazem 313 estabelecimentos de ensino, já enunciados anteriormente no item 1.1. Estas escolas foram identificadas no questionário quando assinalaram as opções:

a) Campo 20: Particular

Campo 21 :Mantida por Empresa ou por grupos empresariais do setor privado; perfazendo um total de 133 estabelecimentos de ensino.

b) Campo 20 : Particular

Campo 21 : Mantenedora - Outros; Confessional com fins lucrativos, perfazendo um total de 180 estabelecimento de ensino.

Na categoria Confessional, de acordo com definição dada pelo Censo Escolar, estão as escolas instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional ou ideológica específica, e que inclua na sua entidade mantenedora representante da comunidade. No entanto esta conceituação não esclarece quanto à finalidade lucrativa, o que nos levou a recorrer para identificação da Escola Particular Confessional ao “Relatório da Categoria da Escola Privada 2002”, emitido pela Secretaria Estadual de Educação, elaborado com base nos dados do Censo Escolar do ano 2002. Lá encontram-se as Escolas Privadas Confessionais mantidas com recursos próprios, ou seja, as *com fins lucrativos*, quando assinaladas no Censo Escolar no campo 20 – Categoria a opção “Particular”, correlacionadas com o campo 21-Mantenedora a opção “Outros”.

Portanto, do total das 313 Escolas Privadas com fins lucrativos, todas identificadas na categoria Particular, conforme o Censo Escolar de 2002, as Confessionais com

fins lucrativos representam 58% e as mantidas por Empresas perfazem 42% do total dessa categoria, estabelecendo um equilíbrio quanto às mantenedoras na categoria de Escolas Particulares com fins lucrativos.

4.3 O universo das Escolas Privadas sem fins lucrativos

Neste item será descrito o objeto da presente pesquisa, as 139 Escolas Privadas sem fins lucrativos, que compõem as categorias das Escolas: Filantrópica, Comunitária ou Confessional, definidas no Censo Escolar do ano de 2002 como:

As Filantrópicas são todas as escolas instituídas por grupo de pessoas Físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas com a finalidade de prestar assistência educacional gratuita à população carente. Portanto, subentendemos que seus recursos advêm de outras fontes que não seja a cobrança de matrícula ou mensalidades. As Mantenedoras das 110 escolas Filantrópicas foram assinaladas nas opções do campo 21 como: Mantida por Organização não-governamental – ONG nacional (65 escolas); Mantida por Organização não-governamental-ONG internacional (1 escola) e as Mantidas pela APAE/ Pestalozzi (44 escolas).

As Comunitária classificam as Escolas sem fins lucrativos instituídas por grupos de pessoas físicas, ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores, de pais e alunos que incluam na entidade mantenedora representante da comunidade.

As mantenedoras das 20 escolas Comunitárias foram assinaladas nas opções do campo 21 como: Mantida por sindicato de classe patronal (SENAI, SENAC, SESI, etc.) (14 escolas) e as Mantidas por sindicatos de trabalhadores, associações ou cooperativas (6 escolas).

Podem as escolas, ainda, pertencerem à categoria *Confessional*, assinaladas no Censo Escolar no campo 20 - categoria: opção Confessional, exclusivamente para aquelas que *não têm fins lucrativos*, sendo as mantenedoras desta categoria assinaladas no campo 21 - Mantenedoras pela opção “Outros”. Observa-se, portanto, que somente 9 (nove) escolas foram identificadas como *Confessional sem fins lucrativos* por que assinalaram no campo 20 a opção Confessional.

A partir desta identificação, o quantitativo das categorias das Escolas Privadas sem fins lucrativos (Filantrópica, Comunitárias e Confessional) com suas Mantenedoras, foram correlacionados e expressos na configuração abaixo:

Filantrópica 80%	ONG Nacional	Escolas 65	59%
	ONG Internacional	1	1%
	APAE / Pestalozzi	44	40%
		110	

Esquema 1: Quantitativo das Escolas da categoria Filantrópica com suas Mantenedoras
Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul do ano de 2002

Comunitária 14%	Sindicato	Escolas 6	30%
	SENAI	14	70%
		20	

Esquema 2: Quantitativo das Escolas da categoria Comunitária com seus Mantenedores

Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul do ano de 2002

Confessional 6%	—	Outras: Confessional sem fins lucrativos	Todas as 9 Escolas
---------------------------	---	--	--------------------------

Esquema 3: Quantitativo das Escolas da categoria Confessional sem fins lucrativos e Mantenedoras
Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul do ano de 2002

A categoria *Filantrópicas*, que representa 80% das Escolas Privadas sem fins lucrativos, tem como mantenedora de suas escolas as ONGs nacionais que respondem por 59% dos estabelecimentos de ensino dessa categoria, bem como a restrita atuação de ONG internacional com apenas 1% do total das escolas²⁸. As escolas da APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e as escolas vinculadas à Sociedade Pestalozzi para Educação Especial completam representando 40% das escolas da categoria de escolas Filantrópicas. Nota-se nesse item que o Censo Escolar ainda não adequou a nomenclatura utilizada no formulário do questionário ao entendimento de que tais escolas de Educação Especial são todas Organizações Não Governamentais - ONGs, não necessitando estarem especificadas separadamente.

Na categoria *Comunitárias* que representa 14% das Escolas Privadas sem fins lucrativos, a articulação dos Sindicatos encontra-se ainda incipiente no que se refere à manutenção das escolas, pois participam com 30% dos estabelecimentos de ensino dessa categoria. As escolas mantidas pelo SENAI, SENAC, SESI, etc., representam 70% dentre as escolas Comunitárias. E ainda contam, as Escolas Privadas sem fins lucrativos, com a categoria

²⁸ No Capítulo I tratamos da conceituação do termo ONG- Organização não governamental como sinônimo do termo OSC- Organização da Sociedade Civil.

Confessional, que representa 6% das Escolas privadas sem fins lucrativos, formada por todas as 9 (nove) Escolas *Confessionais sem fins lucrativos*, já mencionadas anteriormente.

4.4 Os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino

A nomenclatura “Níveis e Modalidades de Educação e Ensino”, utilizada no formulário do questionário do Censo Escolar segue a mesma nomenclatura enunciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996, que delibera o Título V como sendo “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, formado pelos Capítulos:

➤ **CAPÍTULO I - Da Composição dos Níveis Escolares**

Nesse Capítulo o Art.21 nomeia de “Educação Escolar” a:

I -educação básica, formada pela educação infantil, ensino

fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

Nesse trabalho, a pesquisa realizada abrange além dos níveis da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Especial, inserida nos capítulos do Título V, sendo:

➤ CAPÍTULO II – Da educação Básica

Seção II - Da Educação Infantil;

Seção III - Do Ensino Fundamental;

Seção IV - Do Ensino Médio;

Seção V - Da Educação de Jovens e Adultos.

➤ CAPÍTULO III - Da Educação Profissional

➤ CAPÍTULO V - Da Educação Especial

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB considera como Nível de Ensino a Educação Básica tratada em seu Capítulo II, bem como a Educação Profissional tratada no Capítulo III, cujos cursos profissionalizantes são identificados como de nível técnico, conforme Resolução CNE/CEB nº 04/99. No entanto, a Educação Especial tratada no Capítulo V é entendida no Art.58 da Lei como Modalidade de educação escolar. O Curso Normal é tido na Lei conforme Art.62. como nível médio, enquanto que a Classe de Alfabetização é considerada no Censo Escolar do ano de 2002, pelas salas de aula para aprendizagem de leitura e escrita, durante um ano letivo, cujos alunos não estejam iniciando o ensino fundamental.

A Gestora de Estatística da Secretaria de Educação do Estado informou à pesquisadora que a ocorrência de se ter quantificado a Classe de Alfabetização no Censo Escolar do ano de 2002 foi uma decisão pontual da Direção da Secretaria do Estado, visto ser essa classificação de nível de ensino utilizada unicamente pelas Escolas Particulares e não prescrita na LDB. A Gestora informou ainda que a quantificação do nível de ensino Classe de Alfabetização não ocorrera nos anos anteriores e que o Censo Escolar do ano de 2003 já fez a correção, não voltando a apresentar mais a Classe de Alfabetização como nível de ensino.

A Educação Infantil, conforme Artigo 30 da atual LDB, é oferecida em Creches e Pré-Escolas. O Artigo 32 prescreve o Ensino Fundamental com duração mínima de oito anos e o Artigo 35, o Ensino Médio com duração mínima de três anos. Essa identificação na LDB e no Censo Escolar permite quantificar 6 (seis) Níveis de Ensino (Ensino Infantil, Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos e Profissional, e Curso Normal) e 1 (uma) Modalidade de Educação (Educação Especial), oferecida em Exclusivamente Especial e Classe Especial, totalizando 7 (sete) Níveis e Modalidade de Educação e Ensino.

No que se refere à oferta desses Níveis e Modalidade de Educação e Ensino, o Censo Escolar do ano de 2002 demonstra um total de 932 níveis e/ou modalidades de educação e ensino oferecidos por todas as Escolas Privadas no Estado. Ressalta-se que uma escola pode oferecer apenas um nível e/ou modalidade ou até todos os níveis e/ou modalidade de educação e ensino, não estando assim relacionados os números de escolas com os números de níveis e/ou modalidade de ensino, nem a “quantidade dos níveis e/ou modalidade” (7) com a “quantidade ofertada” (932) desses níveis e/ou modalidade de educação e ensino. Chegou-se a essa “quantidade de oferta” de níveis e/ou modalidade somando os dados censitários do “Relatório Cadastro Escolar” do ano de 2002, a opção assinalada pelas Escolas Privadas. Por exemplo: no nível Creche da Educação Infantil foram somadas todas as opções assinaladas perfazendo um total de 156 níveis de Educação Infantil- Creches ofertadas no Estado, seguiu-se somando os outros níveis e/ou modalidade, encontrando o total de 932 níveis e/ou modalidade de educação e ensino ofertados no Estado pelas Escolas Privadas.

O Censo Escolar pesquisado no ano de 2002 promoveu o levantamento dos dados escolares referentes a Educação Infantil - Creche e Pré Escola, Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental (1º Grau), Ensino Médio (2º Grau), Curso Normal, Educação de Jovens e

Adultos, Educação Profissional e a Educação Especial - Exclusivamente Especial e Classes Especial.

4.4.1 Os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino da Escola Privada com fins lucrativos

Destinou-se mais este item para apresentar dados das Escolas Privadas com fins lucrativos, também com o intuito de contribuírem numa análise comparativa posterior. De acordo com o já enunciado anteriormente, são as Escolas Privadas com fins lucrativos representadas pela categoria Escola Particular. Sendo essas Escolas em maior número, conseqüentemente oferecem maior quantidade de níveis e/ou modalidade de educação e ensino. De acordo com o Censo Escolar de 2002, as Escolas Particulares com fins lucrativos oferecem 789 níveis e/ou modalidade de educação e ensino, o que representa 84% do total de todos os níveis e/ou modalidade de educação e ensino oferecidos por toda categoria das Escolas Privadas.

As Empresas oferecem 401 níveis e/ou modalidade de educação e ensino, que representa 51% da categoria Escola Particular, e as Confessionais com fins lucrativos, oferecem 388 níveis e/ou modalidade de educação e ensino, completando os restantes 49% do total dos níveis e modalidade de educação e ensino oferecidos pela categoria Escola Particular. Verificou-se novamente um equilíbrio de atuação entre as mantenedoras Empresas e Confessionais com fins lucrativos na categoria Escola Particular, que representam as Escolas Privadas com fins lucrativos.

4.4.2 Os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino da Escola Privada sem fins

lucrativo

Todas as 139 Escolas Privadas sem fins lucrativos expressam sua participação oferecendo 143 níveis e/ou modalidade de educação e ensino, assumindo somente 16% na oferta dos níveis e/ou modalidade de educação e ensino do total de todas as Escolas Privadas. Reiteramos que apesar da identificação de 7 (sete) Níveis e Modalidade de Educação e Ensino, já especificado no item anterior, o “quantitativo da oferta de níveis e/ou modalidade” representa a abrangência da atuação da Escola Privada sem fins lucrativos na educação escolar. Por serem em menor quantidade, as Escolas Privadas sem fins lucrativos, conseqüentemente, contribuem com menor oferta de níveis e modalidade de educação e ensino. Essa participação distribuiu-se nas categorias da seguinte maneira:

Filantrópica 70%	ONG Nacional	Níveis e/ou Modalidades 54	54%
	ONG Internacional	3	3%
	APAE / Pestalozzi	44	43%
		101	

Esquema 4: Quantitativo dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino da categoria Filantrópicas e suas Mantenedoras

Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul do ano de 2002

Comunitária 18%	Sindicato	Níveis e/ou Modalidades 10	39%
	Senai	16	61%
		26	

Esquema 5 : Quantitativo dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino da categoria Comunitária e seus Mantenedores

Fonte Censo: Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul do ano de 2002

Confessional 12%	Outras Confessional sem fins lucrativos	Níveis e/ou Modalidades 16	100%
----------------------------	---	----------------------------------	------

Esquema 6: Quantitativo dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino da categoria Confessional sem fins lucrativos e as Mantenedoras

Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul do ano de 2002

A categoria das Escolas Filantrópicas é novamente a que mais participa, com 70% da oferta dos níveis e/ou das modalidades de educação e ensino, oportunizadas pelas Escolas Privadas sem fins lucrativos. Dentre as mantenedoras da categoria das Filantrópicas, destacam-se as ONGs nacional com 54% na oferta dos níveis e/ou modalidade de educação e ensino, seguidas pelas APAEs,/ Pestalozzi com 43% na oferta dos níveis e/ou modalidades; e ainda com menor participação a ONG internacional com apenas 3% na oferta dos níveis e modalidades de educação e ensino.

A categoria das Escolas Comunitárias participa com 18% na oferta em níveis e modalidades de educação e ensino, sendo que os mantenedores: os Sindicatos contribuem com 39% e 61% o SENAI, na oferta dos níveis e/ou modalidades.

A categoria das Escolas Confessionais sem fins lucrativos participa com 12% nos níveis e modalidade de educação e ensino, tendo como mantenedoras as próprias organizações confessionais.

4.5 As Mantenedoras das Escolas Privadas sem fins lucrativos e sua oferta de ensino e educação

O Relatório Cadastro Escolar da Escola Privada registra todas as Instituições de Ensino Privado do Estado, identificando quais os níveis e/ou as modalidades de educação e ensino que são oferecidos por cada escola. Correlacionei o Relatório das Mantenedoras da Escola Privada, que identifica as Mantenedoras, com o Relatório Cadastro Escolar que identifica os Níveis e Modalidades de educação e ensino, construindo um perfil da oferta da Educação Escolar nas Escolas Privadas sem fins lucrativos no Estado de Mato Grosso do Sul, a serem demonstrados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Quantitativo das Mantenedoras em relação aos níveis e modalidade de educação e ensino oferecidos pelas Escolas Privadas sem fins lucrativos no Estado de Mato Grosso do Sul

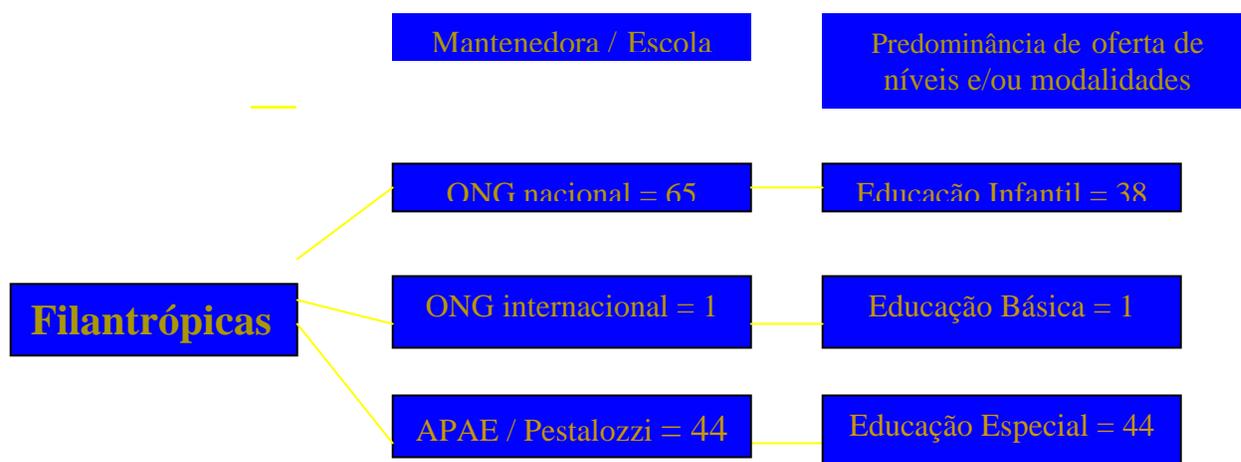
Fonte: Censo Escolar ano 2002 do Estado de Mato Grosso do Sul

	Ed.Inf. Creche	Ed. Inf. Pré- Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Curso Normal	Educação Jovens e Adultos	Educação Profissional	Educação Especial	Total Por nível e/ou modalidade
ONG Nacional	20	18	6	3	-----	-----	-----	7	54
ONG Internacional	-----	1	1	1	-----	-----	-----	-----	3
APAE / Pestalozzi	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	44	44
Confessional semfins lucrativos	-----	-----	16	-----	-----	-----	-----	-----	16
Sindicato	2	3	4	1	-----	-----	-----	-----	10
SENAI	1	4	4	-----	-----	-----	7	-----	16
Total Geral	23	26	31	5	-----	-----	7	51	143

Constata-se, na tabela apresentada, que prevalece nos 143 níveis e/ou modalidades relacionados, a atuação das mantenedoras ONGs nacionais (54) e das APAES/Pestalozzis (44) na oferta de Níveis e Modalidades de Educação e Ensino. Sendo que as ONGs nacionais oferecem predominantemente o ensino na Educação Infantil e que as APAEs/Pestalozzis atuam exclusivamente na Educação Especial. Podemos também sinalizar que o SENAI representa a única mantenedora que oferece Educação Profissional e que as escolas Confessionais sem fins lucrativos oferecem exclusivamente o Ensino Fundamental.

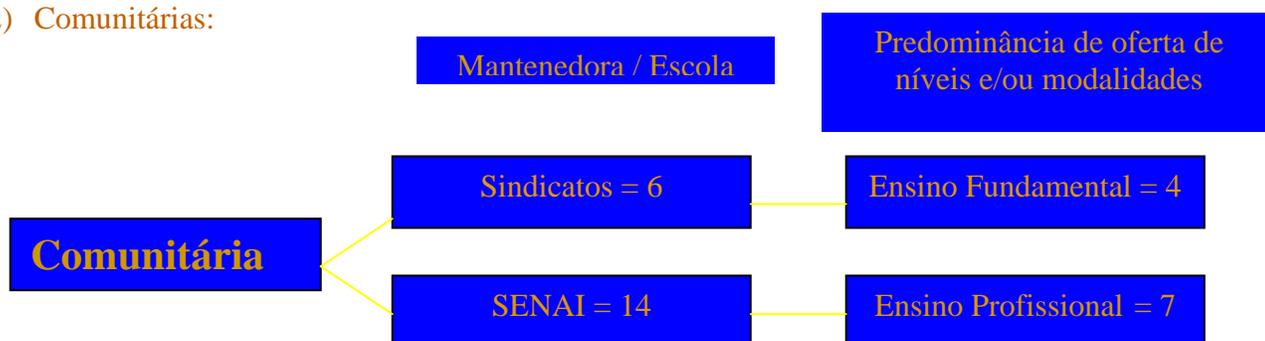
Numa síntese dos dados coletados na pesquisa e apresentados neste capítulo, cuja a fonte de informação é o Censo Escolar do ano de 2002, pode-se resumidamente apontar a categoria da Escola Privada sem fins lucrativos com a Mantenedora e a quantidade de Escolas mantidas, correlacionando-as quantitativamente com a Predominância da sua oferta de Níveis e Modalidades de Educação e Ensino da seguinte forma:

1) Filantrópicas:



Esquema 7: Quantitativo das Mantenedoras da Escola Filantrópica com a Predominância na oferta dos níveis e/ou modalidade de educação e ensino
 Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul ano 2002

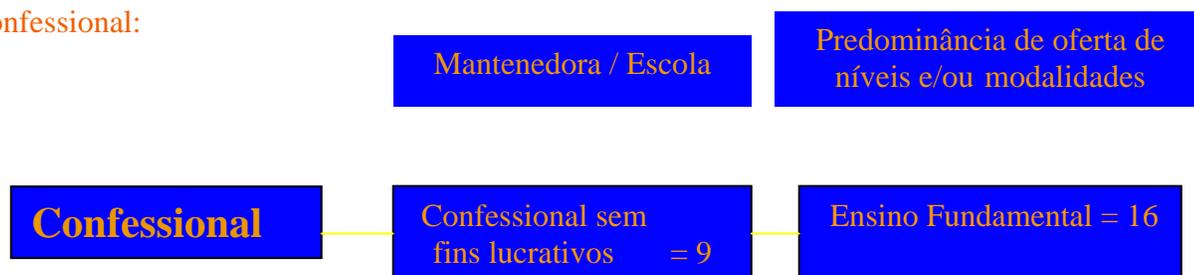
2) Comunitárias:



Esquema 8 : Quantitativo das Mantenedoras da Escola Comunitária e a Predominância da oferta nos níveis e/ou modalidades de educação e ensino

Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul ano 2002

3) Confessional:



Esquema 9: Quantitativo da Mantenedora da Escola Confessional sem fins lucrativos e a Predominância na oferta dos níveis e/ou modalidade de educação e ensino

Fonte: Censo Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul ano 2002

Com a presente pesquisa, verifica-se que a partir dos dados da Tabela 1 e dos Esquemas 7,8 e 9, que as Escolas Privadas sem fins lucrativos no Estado de Mato Grosso do Sul ao ofertarem o total de 143 níveis e modalidade de educação e ensino, atuam predominantemente na Educação Infantil e na Educação Especial sendo:

- 27% de sua oferta de ensino na Educação Infantil²⁹, representadas pelas ONGs nacionais,
- e

²⁹ A porcentagem de 27% é determinada com base nos 38 níveis de Educação Infantil apontados no Esquema 7, em relação ao total de 143 níveis e/ou modalidade oferecidos por todas as Escolas Privadas sem fins lucrativos

- 31% de sua oferta de ensino na Educação Especial³⁰, representadas pelas APAES e pelas Pestalozzi,

O restante 42% da oferta de nível e modalidade de educação e ensino reúne as demais Escolas Privadas sem fins lucrativos mantidas por ONG internacional, Sindicatos, Senai e as Confessionais sem fins lucrativos.

A pesquisa dos dados do Censo Escolar do ano 2002 comprova a hipótese de preponderância de atuação das Escolas Privadas sem fins lucrativos no Nível de Ensino da Educação Infantil e na Modalidade de Educação Especial.

³⁰ A porcentagem de 31% é determinada com base nas 44 quantidade de oferta da modalidade de Educação Especial apontadas no Esquema 7, em relação ao total de 143 níveis e/ou modalidade oferecidos por todas as Escolas Privadas sem fins lucrativos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo alguns aspectos das relações entre Estado, Sociedade e Educação, ficaram remanescente pois são propendentes das mudanças no entendimento de sua conceituação. No decorrer do trabalho a atenção concentrou-se em cumprir o seu objetivo, demonstrando com os dados da pesquisa realizada, a recente visibilidade adquirida pelas Escolas Privadas sem fins lucrativos, no sistema de ensino. Assim nestas considerações finais procurar-se-á recuperar algumas informações que permitam uma interpretação crítica dos fatos.

As Escolas sem fins lucrativos existem há muito tempo, como afirma Landim (1998) desde os anos quinhentos com os jesuítas, mas seus registros restringiam-se aos compêndios históricos, que com o desenvolvimento das ações na educação advinda do Estado e da iniciativa privada da sociedade, direcionaram suas atividades para as demandas não cobertas por eles, o governo e a iniciativa privada. Não vai se aqui discorrer sobre esse histórico mas sinalizar que as demandas persistem, por isso elas existem até hoje.

Esse trabalho tem seu início com o fato de o governo brasileiro ter permitido que a nação chegasse até a metade do século XIX com uma imensa população analfabeta. O governo intensificou o acesso da população à educação, pois o novo modelo econômico de industrialização necessitava de uma população capaz de produzir. A iniciativa privada também abocanhava uma parcela da demanda, pois precisava de uma população capaz de consumir. Assim seguiram, adequando a educação aos direcionamentos econômicos e políticos.

O resultado da pesquisa feita nos dados censitários do Estado de Mato Grosso do Sul, já enunciado no Capítulo IV, aponta a predominância de atuação dessas escolas na Educação Infantil e na Educação Especial, tendência também nacional, conforme pesquisa do “Projeto Comparativo Internacional sobre o setor sem fins de lucro”, citado na introdução deste trabalho, acredita-se não terem sido resultado apenas dos anos pesquisados, mas advindo de um processo histórico cuja demanda na oferta de ensino fora assumida pelas Escolas sem fins lucrativos para crianças pequenas e portadores de deficiência. Tal constatação indica a não prioridade do governo e o não interesse da iniciativa privada, de educar a população com limitações para produzir e para consumir.

No decorrer do trabalho justifica-se a nomenclatura Organizações da Sociedade Civil adotada por ser uma denominação recente e sinônima do termo Organizações não Governamental – ONG, mas ao se encontrar no Censo Escolar ainda o termo ONG e constatar que as Organizações APAEs e as Pestalozzis ainda não são reconhecidas no Censo Escolar como pertencentes ao conjunto das organizações não governamentais, compreende-se que este processo de entendimento do conjunto dessas organizações ainda está em construção.

Constatou-se que as Escolas Privadas sem fins lucrativos oferecem apenas 16% dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino no Estado, sendo 70% dessa oferta feita pelas Escolas Filantrópicas, das quais 54% são mantidas pelas Organizações não

Governamentais- ONGs, atuantes nos níveis de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e na modalidade Educação Especial.

A modalidade de Educação Especial é atuação única realizada pelas Escolas Filantrópicas mantidas pelas APAEs e Pestalozzis, que representa 30% de toda a oferta de níveis e modalidades de educação e ensino das Escolas Privadas sem fins lucrativos.

Considera-se que o resultado encontrado pela pesquisa realizada comprova a hipótese enunciada, bem como o objetivo do presente estudo pode ser apreendido com a exposição dos elementos apresentados e analisados.

Discutiram-se no trabalho os modelos econômicos adotados pelos países, em especial o capitalismo no século XX, e novas proposições econômicas, que para Ianni (1999) se apresentam dispostas a processar o que denominam de “revitalização da sociedade civil”. Entretanto Montañó (2002) pondera que esse projeto quer uma sociedade dócil, sem confronto, voltada para atividades não criadoras nem transformadoras, à procura de respostas imediatas às necessidades localizadas. A discussão acerca da divisão de responsabilidades deixa claro que o capitalismo utiliza-se de estratégia que demonstra a astúcia de recuperar suas fragilidades a favor de sua manutenção.

O Brasil aderiu a tal proposta instaurando a Reforma do Estado e as Leis complementares, que criavam os mecanismos necessários para que a sociedade, representada pelas Organizações da Sociedade Civil, pudesse exercer o papel de coadjuvante das funções do Estado. O caminho a ser percorrido com as proposições econômicas pós-neoliberais é a de um Estado que determina a direção e cria instrumentos para que a sociedade se enquadre nos seus direcionamentos.

A Educação não poderia deixar de receber o rescaldo de emergentes proposituras econômicas. Na década de 1990, aconteceram as Conferências Mundiais de

Educação e, no Brasil, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reiterando a convocação da sociedade para atender a demanda da educação para todos. Mochcovitch (1992) ao interpretar as formulações de Gramsci sobre a escola lembra que no final do século XIX começa a se firmar a noção de que a “educação é um dever do Estado”, no entanto no final do século XX parece que começa a se firmar a noção de que a “educação é um dever não apenas do Estado”.

Formou-se um entendimento no mundo, e no Brasil, de cumplicidade entre governo e sociedade. Os governos deixam transparecer que valorizam a sociedade civil, mas introduzem mecanismos de controle para utilizar suas forças a fim de suprir os seus desgastes. O Censo Escolar, ao ser utilizado para dar evidência às Escolas mantidas pelas Organizações da Sociedade Civil, torna-se instrumento do governo para expressar seu intento de repartir com elas a responsabilidade da educação e imprimir o ordenamento do ensino por elas assumido.

Conclui-se que a recente visibilidade dada às Escolas Privadas sem fins lucrativos representa o ensejo do governo de parceria com as organizações da sociedade, desde que ele assegure a condução das diretrizes da política pública educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Mario Aquino. **Terceiro Setor: o dialogismo polêmico.**2002.350f.T.Tese de Doutorado em Administração de Empresas- Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo

ANDERSON, Perry.Balanço do Neoliberalismo. In: SADER,Emir; GENTILI,Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.**Rio de Janeiro: Paz e Terra,1995.cap.I,p.9-23

BORON,Atílio A. Os “novos leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER,Emir; GENTILI,Pablo (org.) **Pós-Neoliberalismo II : Que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.cap.1,p.7-67

BRANDÃO, Carlos R. **O que é o método Paulo Freire?** 18ª ed. São Paulo.Brasiliense,1993

BRASIL. Lei n. 91, de 28 de agosto de 1935. Estabelece a Declaração de Utilidade Pública Federal para Entidades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro,DF, 28 ago 1935.

BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Cria o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro,DF, 13 jan 1937.

BRASIL. Decreto n 4657 de 4 de setembro de 1942. Denomina as Entidades sem fins lucrativos de Associação ou Fundação. Rio de Janeiro,DF, 4 set 1942.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**,1988.Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico:Brasília, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma – MARE. Estabelece o Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília, DF,1995.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília,DF, 20 dez 1996.

BRASIL. Lei n. 9394, de 24 de dezembro de 1996. Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério- FUNDEF e fixa os dados oficiais do Censo Escolar para a distribuição dos recursos do fundo. Brasília, DF,24 dez 1996.

BRASIL. Decreto n. 2264 de junho de 1997. Regulamenta a Lei do FUNDEF. Brasília, DF,jun 1997.

BRASIL. Lei n. 9637, de 15 de março de 1998. Estabelece critérios para constituição de Organizações Sociais- OS. Brasília,DF, 15 mar 1998.

BRASIL. Lei n. 9732, de 11 de dezembro de 1998. Estabelece critérios para as Entidades sem fins lucrativos receberem a denominação de filantrópicas. Brasília,DF, 11 dez1998.

BRASIL. Lei n. 9790, de 23 de março de 1999. Estabelece critérios para a constituição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP. Brasília, DF, 23 mar 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura- MEC. Censo Escolar do ano de 2002. Brasília,DF, 2002.

BRASIL. **Código Civil**. Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Secretaria Especial de Editoração e Publicação: Senado Federal, Brasília,DF,2002.

BRESSER PERREIRA, Luiz C. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle.**Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.45.p49-91,1998.

BRUM,Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 17ª ed. Ijuí: Urujuí,1997

CARDOSO,Fernando H. Notas sobre a reforma do estado. **Novos Estudos**. CEBRAP. n 50, mar.1998,p.5-12

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1., 1990, Jontien.

CONFERÊNCIA DA CÚPULA DE NOVA DELHI, 1., 1993, Nova Delhi.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci**- um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro. Campus, 1989

_____.O pensador hegemônico: entrevista com Carlos Nelson Coutinho. **Folha de São Paulo**.São Paulo,21 nov.1999.Caderno Mais!.p.3.

CUNILL GRAU, Nuria. La Rearticulación de las Relaciones Estado-Sociedad: em Busqueda de Nuevos Sentidos. **Revista del Clad - Reforma y Democracia**, n 4,julho,1995.

ENCONTRO IBEROAMERICANO DO TERCEIRO SETOR, 5., 2000, Cartagema das Índias.

FERNANDES,Rubens. **Privado porém Público**. O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumara,1994.

GOHN,Maria da Glória. **Os sem-terra,ONGs e cidadania**.São Paulo: Cortez,1997

_____.O novo associativismo e o Terceiro Setor.**Revista Serviço Social & Sociedade**. [São Paulo],n.58-p.9-23,nov.1998.

GRAMSCI,Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**.8ªed. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira,1991

GRAMSCI, A; BORDIGA, A . **Conselhos de Fábrica**.São Paulo,Brasiliense,1981

_____, A. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.8ª ed.Rio de Janeiro: Civilização,1991

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro. Civilização, 1999

LANDIM, Leilah,; BERES, Neide.(coords.) **As Organizações sem fins lucrativos no Brasil: Ocupações, Despesas e Recursos**. Rio de Janeiro : Nau, 1999.

LANDIM, Leilah (org). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: NAU, 1998.

MANACORDA, Mario. **A História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortes/Autores Associado, 1989

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 3ª ed. São Paulo: Artica, 1992. 80 p. (Série princípios, 133). Série princípios.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortes, 2002

OLIVEIRA, Anna C.; HADDAD, Sergio. As Organizações da Sociedade Civil e as ONGs de Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112. p. 61-83, março. 2001

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira- A Organização Escolar**. 14ª ed. Revisada e ampliada. Campinas: Cortes/Autores Associados, 1995

SADER, Emir. ONGs e Sociedade Civil. **Boletim de Políticas Públicas**. [Rio de Janeiro] .n.2.p.1. abril/maio, 2001.

_____ Continuidade ou ruptura?. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 ago. 2002. Opinião. p. A3.

_____ A hegemonia neoliberal da América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, cap. IV, p. 35-37

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil: Cultura e Educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999